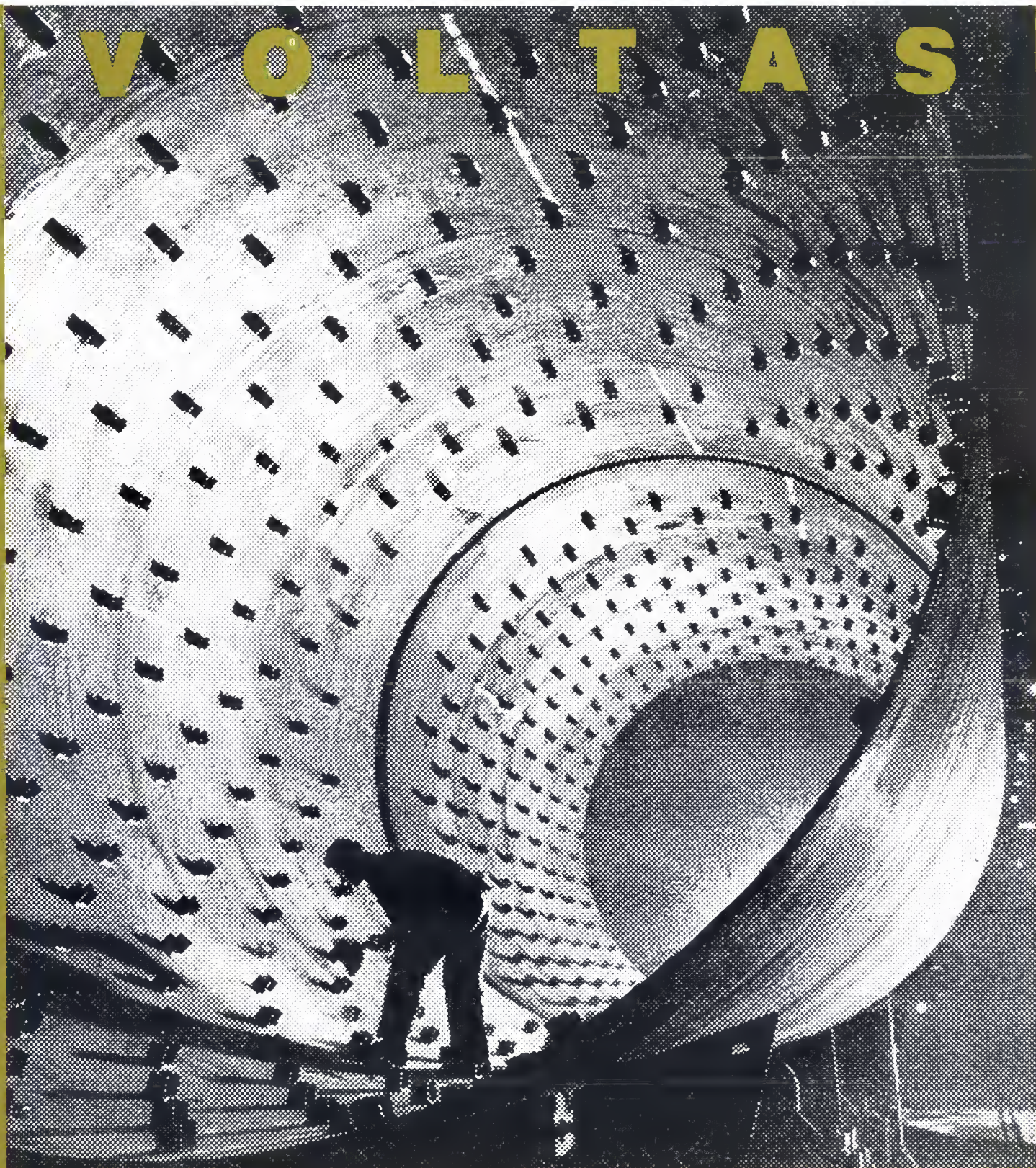


AD | versão

Revista da ADUFRGS

V O L T A S



ADUFRGS/DOCUMENTO: ASPECTOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA



VOLTAS

Março volta. E a Universidade? Lá, quieta, jaz a cidadela, cercada, separada dos saberes e das necessidades do mundo. "Justiça, Ética, Verdade, Beleza? Ah, são desejos do mundo lá fora. Esta cidadela é neutra!" A cerca materializou a metáfora.

Março... E a Universidade? Incapaz de discutir um projeto modernizador para si, de imaginar a modernização do país, incapaz sequer de formular seu conceito de modernidade, sucumbe no obscurantismo, na mediocridade cotidiana do carreirismo burocrático, na mesmice do fazer-de-conta-que-educa-e-faz-ciência-para-o-desenvolvimento-do-país (sem que, obviamente, se sinta obrigada a definir o que é "país" e o que é "desenvolvimento"), do imobilismo consentido e querido de sua estrutura.

Sua cúpula dirigente não tem a menor importância no mundo das idéias, dos saberes, das coisas públicas. Seus dirigentes não têm, nem constroem, uma dimensão pública. Omitem-se de sua responsabilidade maior, para dizer o mínimo, e dissipam seu esforço intelectual em mesquinhas e solitárias lutas na repartição de um poder muito mais imaginário do que real, pois despido de legitimidade.

Mas há vida na Universidade. Ernani Maria Fiori nela vive. Dentro da cidadela, há quem queira rompê-la, redefini-la. Seremos quantos? Como construir as rupturas?

Março volta. De fora, volta um projeto, disfarçado de proposta. E a Universidade? Lá está, cercada, "neutra", arcaica, anacrônica, mas pensando que é moderna. Março volta. Os maricás florescem.

A Comissão Editorial.

ÍNDICE

EDITORIAL			
ÍNDICE			
CARTAS			
POESIA			
In Memoriam Pacem Raul Dorfman	02	O Papel da Universidade no Desenvolvimento e na Educação da Ciência e da Tecnologia Cristovam Buarque	18
OPINIÃO	03	AUDFRGS — DOCUMENTO	
A Questão da Produção do Saber Raimundo Helvécio Aguiar	04	Aspectos da Reforma Universitária Ernani Maria Fiori	
CAPA	05	CONJUNTURA	
Volta, Re-volta sem Revolta Áttilio Inácio Chassot	06	A Coisa Pública e a Privada Raul Dorfman	23
Pós-Graduação: Uma Solução Paradoxal Céli Regina Pinto	08	ENTREVISTA	
UNIVERSIDADE	10	João Gilberto	25
A Questão da Avaliação Flávio Aguiar	12	CULTURA	
Poder e Burocracia Maria Assunta Campilongo	15	Shoenberg e o Expressionismo Léa Kiefer	31
		ENSAIO	
		O Processo Neoliberal Tarso Genro	33
		A Modernização do Estado Cláudio Francisco Accurso	35
		PÁGINA LIVRE	
		Os Adversinhos (III)	39



PAULO CHIMENDES; LITOGRAFIA. Sem título - 1977. Dimensões: 40x28. (Foto: Rogério Brum).

GIZ E QUADRO NEGRO

FLÁVIO KOFF COULON — Prof. da Escola de Engenharia/UFRGS

Um professor-doutor de nossa Universidade, em artigo publicado em Zero Hora, dia 25/2/91, jornal assumidamente contrário ao ensino público e gratuito, cunhou a seguinte preciosidade para promover a si mesmo e ao seu grupo: “Ainda existem professores de giz e quadro-negro, os marajás de nossas universidades, que recebem um salário gordo para não produzir absolutamente nada”.

Essa frase, falaciosa no seu conteúdo, anti-ética nas suas intenções e irresponsável nas suas repercussões, só merece interesse na medida em que desnuda publicamente a concepção, até então não explicitada, que uma influente ala da cúpula da Universidade tem a respeito do ensino de graduação: atividade pequena, marginal, improdutiva.

Para esses iluminados, somente as atividades de pesquisa (especialmente a aplicada, aquela que rende dólares) e de pós-graduação são nobres e importantes, restando aí, para a sociedade, a explicação da lamentável situação do ensino de graduação da UFRGS.

Não existem marajás nas universidades federais. Em especial, na nossa Universidade, não são marajás nem os pouco titulados professores de giz e quadro-negro que, diga-se de passagem, são os grandes responsáveis pelo funcionamento dos cursos de graduação, atividade-mãe da instituição, nem o são os eminentes mestres e doutores que, por força de suas pesquisas e de seu enorme prestígio nacional e internacional, pouco podem dar aulas já que têm que viajar pelo país e pelo exterior ou prestar serviços para terceiros nos laboratórios da Universidade ou assessorar outros órgãos estatais como, por exemplo, o CNPq, evidentemente com alguma justa compensação financeira.

Existem, sim, profissionais relativamente mal remunerados que procuram cumprir, cada um a seu modo e dentro das especificidades de suas especializações, as determinações dos prepostos de uma instituição pública que foi até agora incapaz de estabelecer democraticamente as suas metas e prioridades e, conseqüentemente, não tem condições para cobrar responsabilidades ou fazer juízos de valores.

E, enquanto essa democracia negada pelos reitores não vem, seria interessante que os áulicos usassem seu tempo, sua inteligência e seu poder para pensar muito mais em consolidar uma Universidade fundamentalmente brasileira, do que ficar acalentando atavismos alienígenas, cambiáveis de quatro em quatro anos, ao sabor de novos rumos.

EXPEDIENTE

ADverso — Revista da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ADUFRGS.

Sede: Av. João Pessoa, 409, 3º andar —
Telefone: (0512) 26.2719.

Periodicidade: Quadrimestral

DIRETORIA

Presidente: Sérgio Nicolaiewsky
1º Vice-presidente: Leda Carmen Wulff Gobetti
2º Vice-presidente: Joacir Thadeu Nascimento Medeiros
1ª Secretária: Ana Maria e Souza Braga
2ª Secretária: Maria Adélia Pinhal de Carlos
1º Tesoureiro: Tiago J. Martins Simões
2º Tesoureiro: Ronaldo Bordin
1º Suplente: Fernando Molinos Pires Filho
2º Suplente: Mário Generosi Brauner

ADVERSO CONSELHO EDITORIAL

Joacir Thadeu Nascimento Medeiros
Mário Sérgio Vaz Cabeda
Raul Dorfman
Maria Assunta Campilongo
Redação e Edição:
Raquel Ritter Longhi
Reg. nº 5922/23/32 RS
Colaboração: Débora Lerrer
Projeto e Produção Gráfica: Raquel Ritter Longhi, Vit Núñez e Mariceia Benetti
Diagramação: Mariceia Benetti
Ilustrações: Vit Núñez e Gêlson Radaelli
Charge: Moa
Capa desta edição: Vit Núñez



IN MEMORIAM PACEM

A noite, volto a pensar
enquanto caem em Tel Aviv, Riad e Bagdad
Bombas de paz e lucro fácil

Inocentes máquinas pirotécnicas
dos quarenta ladrões associados
e das mil e uma mortes teleguiadas

Pela manhã volto a lecionar o óbvio
no quadro verde te misturas com o hidrograma unitário
e videogames oleosos
indiferentes mostram paisagens
ocultos, competentes economistas compenetrados
contam cadáveres e dividendos

De tarde volto a discutir o ensino gratuito
tu somes numa ogiva nuclear
o holocausto ressurgue apocalíptico
indecente mistura patética
as aves aqui gorgem
e fede a morte por lá

Volta a noite e tua ausência
Voam foguetes, sangue e Rock in Rio
Mais valias da democracia acidental e cristã
Inquieta moçada populista
numa acadêmica pausa que refresca
pensa uma elegante solução pra inflação

A greve por salários voltará amanhã e tu
a disputa, o mercado, a livre negociação
o futebol, o carnaval e os discursos políticos
infindável movimento, perpétuo
idas e voltas
amor, destruição

Entre o fogo cruzado e um porta-voz oligofrênico
cintilas na telinha do meu laptop
e o meu coração a galope
inconsequente, medíocre, perplexo

Então acendo aquele cigarro que me recomendastes que não fumasse
e volto a pensar

In memoriam pacem

RAUL DORFMAN
(21.01.91)

COMPROMISSO SOCIAL DA UNIVERSIDADE:

A QUESTÃO DA PRODUÇÃO DO SABER

RAIMUNDO HELVÉCIO A. AGUIAR*

A Universidade é produtora de saber e não só de conhecimento. O conhecimento intelectual é apenas um dos componentes do saber. A Universidade tem como matéria-prima, insumo, instrumento e produto o pensar, o sentir e o agir. Deve, pois, existir alguma consciência em negar o sentir e o agir presentes no processo pedagógico.

Isto diferencia uma Universidade de uma fábrica, de uma empresa comercial ou de prestação de serviços. Por produzir um saber, todas as instituições são educadoras. Porém, enquanto todas as instituições produzem saber, pelo modo de produzir e distribuir bens e serviços, a Universidade e instituições de ensino e pesquisa têm como função a produção do saber. Então, além de educadora, como todas as instituições, a Universidade é uma instituição de educação. O saber ou o modo de sentir/pensar/agir é a maté-

ria-prima, o insumo, o instrumento de trabalho e o produto da Universidade.

Assim, é pelo modo de produzir saberes que a Universidade produz saberes. O saber produzido pela Universidade está marcado e determinado pelo modo de articular os elementos todos da produção do saber. Numa prática de produção do saber, é essencial estar atento ao modo de viver a produção do saber.

Contrapondo-se a uma postura empirista, que pratica e vê o mundo e o saber como algo mágico, como algo dado, eterno, talvez caído do céu, sem história, e também em contraposição a uma postura funcionalista, que pratica e vê o mundo e o saber nascendo e se aproximando de valores universais, se quer viver e ver o saber e também o mundo como algo histórico, como algo produzido por agentes detentores de um saber, atuando sobre uma matéria-prima pré-existente utilizando instrumentos de trabalho.

O saber, sendo uma produção, tem uma matéria-prima: o próprio saber em transformação. Tem também um instrumento de produção: é o saber que, no processo concreto, esteja transformando saberes.

O saber em transformação não é o saber dos alunos ou do povo. É qualquer saber de autores, de professores, de estudantes, de classes sociais que esteja em

transformação.

O saber que funciona como transformador de saberes não é o saber dos autores e professores. É o saber de quem independentemente do grau de instrução e da função técnico-administrativa no processo de produção, esteja transformando saberes.

O saber é o modo de sentir/pensar/agir a geração e transformação do mundo. O processo de produção do saber vive o mundo como algo produzido ou algo mágico. Admito que vive melhor ou mais adequadamente o mundo quem vive suas leis de geração, gestação e transformação, do que quem o vive como algo mágico, sem história.

Em nossa sociedade, tais leis são as alianças e enfrentamentos dos interesses parecidos/diferentes/contrários/antagônicos, alguns tentando se perpetuar e a grande maioria tentando se fazer tomar em consideração.

* Professor da Faculdade de Educação/UFRGS.

A produção do saber tem sempre a ver com a aliança/enfrentamento de interesses na sociedade. É sempre um serviço à afirmação ou negação de interesses. A Universidade e instituições de ensino e pesquisa são compostas de funcionários de interesses. Dentro delas acontece uma aliança/enfrentamento de interesses, afirmando ou negando interesses mais fundamentais da sociedade. Até se supõe que o atual modo de produzir saberes nas instituições de ensino e pesquisa é um serviço de interesses já afirmados. Não vive o saber como produção quem vive o mundo como algo dado, místico, sem história, sem aliança/enfrentamento de interesses. Deve ser conveniente para os interesses já afirmados que estudantes sejam consumidores de saber, professores se comportem como transmissores de saber e que a maioria, cujos interesses ainda não estão afirmados, se tenham como simples usuários do saber.

O resgate da Universidade ou a perpetuação do seu modo de agir coincidirá com a vivência das seguintes questões: o que estudar nas universidades? Quem deve definir o que estudar? Qual o lugar dos diferentes saberes na produção de um novo saber? Como validar o saber produzido? Como viver a atual separação entre ensino, pesquisa e extensão?

É a aliança e enfrentamento de interesses tentando se perpetuar e tentando se afirmar que gera a sociedade. A aliança/enfrentamento de interesses está na origem e possibilidades de superação dos problemas da sociedade. Pelo que faz e deixa de fazer, a Universidade está sempre contribuindo para afirmação ou negação de interesses. Não estar consciente disso já pode ser um serviço aos interesses já afirmados. Na divisão social do trabalho, a Universidade está convocada a contribuir para a afirmação/negação de interesses, produzindo/reproduzindo um modo de sentir/pensar/agir necessário à afirmação de alguns interesses e à negação de outros.

Será que a Universidade não está convocada a ajudar a esclarecer/organizar/viabilizar os interesses dos principais construtores da sociedade? Quem, se não os trabalhadores, são os principais construtores da sociedade? De que maneira a Universidade busca responder tais questões? A Universidade está convocada a prestar um serviço à afirmação dos interesses dos trabalhadores. E o fará produzindo/organizando um modo de sentir/pensar/agir que já seja um posicionamento na luta de afirmação de



seus interesses. Este modo deve considerar as potencialidades dos agentes humanos e materiais da construção da sociedade.

Pelo modo de produzir saber, a Universidade aprofunda ou superficializa saberes. Só que ao não aprofundar saberes, a Universidade está produzindo um modo de sentir/pensar/agir pobre, sem brilho, sem pulso, sem vida, o que é bem adequado à perpetuação dos interesses de grupos, que já estão afirmados.

Ao não aprofundar o saber, a Universidade deixa de prestar um serviço aos trabalhadores, que ainda não podem substituir a Universidade, como o fazem os empresários, que têm seus antros de pesquisa, laboratórios, assessores, etc. Para eles (empresários), deve ser conveniente que a Universidade não esteja contribuindo para aperfeiçoar um modo de sentir/pensar/agir de resgate de importância, auto-estima, altivez, dignidade, soberania, etc. Eis aí porque a Universidade, pelo que faz e pelo que não faz, está sempre contribuindo para afirmação/negação de interesses.

Para a superação destes problemas,

a Universidade precisa produzir um saber que revele e transforme a realidade. Que seja livre para estudar o que quiser. Que se auto-convoque a produzir tecnologia e técnicas políticas/sociais de afirmação dos interesses maiores da sociedade, os interesses dos construtores da sociedade, os interesses da classe trabalhadora. É preciso, para tanto, sair de seus muros (vide algumas pesquisas em andamento nesta Universidade), consultar as entidades representativas dos trabalhadores, de seus aliados e de seus adversários. Não esquecer os adversários. O que é importante para os trabalhadores é também para seus adversários. O contrário também é importante.

Não é necessário se afligir muito na busca dos problemas a serem entendidos/solucionados. Basta consultar os documentos dos congressos, das convenções, das assembleias, dos encontros das diferentes categorias e classes sociais. Por aí se conseguirá, também, a participação dos trabalhadores na definição do que estudar nas universidades.

Participação é bem mais do que qualquer consulta. É o exercício de poder fazer valer os interesses mais fundamentais. É a vivência da importância social. É se fazer tomar na devida consideração.

A consulta às organizações representativas da classe trabalhadora, do movimento comunitário, dos seus aliados e opositores é o modo de tornar presentes na Universidade os interesses que se quer ver afirmados. É o modo de resgate da organicidade da Universidade com relação à classe trabalhadora. Começa-se, assim, a resgatar a Universidade. É desenvolver o modo de produzir saber, a partir da clareza de que a educação é mediadora da prática social. É ir e vir, é fazer o movimento de busca e de retorno dos interesses da sociedade, da classe trabalhadora que mantém a instituição universitária/de ensino/de pesquisa/de extensão, como ação. É preciso fazer junto pesquisa, ensino e extensão. Para isto basta viver o saber como uma produção. Basta viver o lugar exato dos diferentes setores na produção de um novo saber. Basta viver a participação no processo de produção do saber.



VOLTA RE-VOLTA SEM REVOLTA



S. RADNELLi
1998



ÁTTICO INÁCIO CHASSOT*

Março faz alterações nas rotinas dos campi... A floração dos maricás que enfeita o Campus do Vale é acompanhada de várias modificações: as bibliotecas se revivificam, os estacionamentos se tornam repletos, as filas no R.U. ficam imensas, os corredores são novamente buliçosos, as salas de aulas perdem o vazio que o verão determinara... é a volta às aulas.

É uma volta repetida a cada março. É uma re-volta, mas sem revolta. Há apatia. Há apenas mais uma volta. Parecem sempre as mesmas voltas. Voltas sem surpresas. Só voltas. Sem revoltas. Só rotinas.

As mesmas aulas. Os mesmos códigos. Os mesmos professores. Quase os mesmos alunos. Até os /91 não parecem novos. Já vêm contaminados com o terrível vírus do desânimo.

Há em 91 uma novidade. Há uma triste novidade. Os veteranos — uns poucos veteranos, principalmente do curso de Engenharia — estão mais insanos. Estão quase possessos contra os indefesos calouros. Talvez o efeito saddânico ou búshico que se apoderou destes “competentes” alunos, que faz com que eles se lancem como abutres famintos contra aqueles que até são seus colegas em disci-

*Professor do Instituto de Química/UFRGS.

plinas de primeira matrícula que estão repletando. Isto está sendo um triste quebrar de rotina desta volta 91: os urros coléricos destes alunos, talvez contaminados pela recente vídeo-guerra. Durante um destes atos bestiais, uma professora, vendo a gana de um dos alienados tosquidadores, disse: “Interessante, ele foi dos meus melhores alunos no semestre passado!” Que Química, que Matemática, que Física ensinamos para estes alunos que não os transformamos em cidadãos responsáveis? Ou estes estudantes estão apenas passando para seus colegas os massacres que sofrem com as sucessivas reprovações em massa em várias disciplinas ou a desilusão com o Brasil onde rareiam as perspectivas de emprego?

Quando cessam os uivos que não são dos bixos e sim dos “doutos” veteranos, volta a reinar a apatia no Campus nesta volta de março. Os mesmos professores. Os mesmos alunos.

A volta acontece difícil e por isto inossosa. Certamente todos ainda estamos com traumas desta guerra, dita agora terminada. Não houve quem não sofresse nestes dias, quando a TV nos fez quase sentir a areia fina do deserto entranhar em nosso corpo e em nossa alma. Não houve quem não se envergonhasse de ser coevo de Bush ou Saddam. Os horrores que a História nos conta, por exemplo de Nero ou de Hitler, e que parecia algo de outras eras, nós tivemos agora com estes nossos coetâneos. As imagens da guerra ainda nos fazem incrédulos e apáticos, sejam elas dos pássaros lutando para fugir do óleo nas águas do golfo ou do soldado vencido beijando as botas do vencedor. E agora, para coroar a barbárie, se preparam nos Estados Unidos e na Inglaterra gloriosas paradas para recepcionar os vencedores guardiães da “democracia” ou do petróleo américo-quaitiano. Entre as inúmeras manifestações que vi pela paz, uma muito me impressionou. Era uma imensa pomba branca, onde se lia: “E se no Kwait crescessem apenas cenouras?”

Claro que ao lado do desânimo provocado pela conjuntura mundial, temos como brasileiros as frustrações de mais um plano econômico, a imensa recessão, o aumento do desemprego e, principal-

mente, o esboroamento de muitos sonhos democráticos que embalamos nas últimas eleições presidenciais. Particularmente, para nós, professores universitários de uma universidade pública, há razões especiais para estarmos desanimados. Basta olharmos o que este governo faz com a Educação para perdermos a esperança. Na nossa Universidade a situação não é diferente. Há detalhes, às vezes insignificantes, que fazem as pessoas não aderirem às lutas por propostas de uma educação mais renovadora. Vi, por exemplo, professores se sentirem roubados porque seu empregador cobra uma taxa para usar o “seu” estacionamento. Há empresas, até órgãos públicos federais, que buscam seus trabalhadores em casa e os levam para os locais de trabalho. Os professores da UFRGS, que se locomovem às suas expensas, devem pagar para a UFRGS uma taxa para usar o estacionamento e, se usam os dois campi, devem pagar a taxa dobrada. Por que a Universidade não dá esta gratificação aos professores, já tão espoliados? Claro que não são os 1300 cruzeiros que se cobra que irritam, mas o saque contra o que é nosso, e a necessidade de se preencher guias, enfrentar filas de banco para recolher o “tributo” que desgosta.

Estas são as novidades desta volta de março. Breve as folhas verdes, azuis, rosas e brancas da matrícula amarelarão nos registros acadêmicos dos alunos. Vários professores já estão usando as mesmas folhas amarelecidas dos anos anteriores. Esta é a Universidade que tem voltas, que tem re-voltas... mas não tem revolta.

As queixas são sempre as mesmas. Os alunos sabem, a cada ano, cada vez menos. O professor de PSI 301 reclama que os alunos não aprenderam o que deviam em PSI 299. O professor de PSI 299 diz que a culpa é da disciplina PSI 101, que aprovou alunos sem que os mesmos satisfizessem as exigências dos conteúdos programáticos seqüencialmente ordenados e avaliados com objetivos operacionalmente definidos. Claro que o professor de PSI 101 sabe a causa de tudo isto: os alunos vêm do segundo grau cada vez piores. Aliás, no segundo grau se sabe

que os alunos não sabem porque vêm mal preparados do primeiro grau. Os professores do primeiro grau sabem que a culpa não é deles e sim do maternal, onde se sabe que a culpa é do...

Este empurrar de culpa é histórico. É duro, mas devemos reconhecer que a culpa da atual situação do terceiro grau é, **também e muito**, da Universidade.

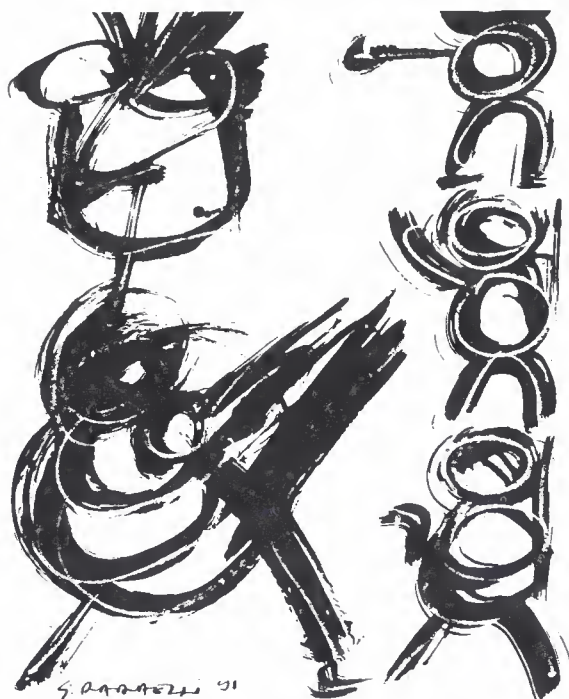
Nós formamos professores para o segundo grau, logo, fizemos parte da (des)qualificação do processo. A Universidade tem que se convencer de que tem obrigação de preparar professores para o primeiro e para o segundo graus. Já disse inúmeras vezes, e mais uma vez repito: “É mais difícil, mais complexo, ensinar Ciências, por exemplo em uma 5ª série do 1º grau, do que Química no 3º grau”. O que a nossa Universidade faz para preparar professores para a área de ciências do 1º grau? Por que são as outras universidades de nosso distrito geo-educacional que suprem o mercado de trabalho com seus formados? Será que nós não somos competentes para formar professores? Olhem o número de egressos de nossas licenciaturas. No último dezembro, no Instituto de Matemática, houve uma sessão de formatura enlutada com um licenciado colando grau. Os licenciados em Física, Matemática e Química que formamos não somam dez nos dois semestres de um ano. E nós reclamamos do ensino de 2º grau!

Por que não chamamos os professores já formados para cursos de especialização? Por que não estimular que as vagas que sobram nas disciplinas de final dos cursos de licenciatura (há várias disciplinas com menos de cinco alunos) não sejam aproveitadas por professores que estão em exercício sob forma de cursos de extensão? Por que os professores da Universidade não se engajam em propostas de extensão para levar assessoria a escolas periféricas?

Por que (e está é a minha muitas vezes repetida pergunta) nós não valorizamos as nossas licenciaturas? É impressionante como ainda a licenciatura é considerada um sub-curso onde se oferece, como prêmio de consolação, algumas disciplinas pedagógicas a alunos incapazes de

Só há uma maneira de nós melhorarmos a Educação. É preciso recuperar o entusiasmo. Sem esperança no que fazemos não conseguiremos reverter esta derrocada. É possível reverter o processo! É preciso fazer renascer o entusiasmo! Pretenciosamente, acho que fiz alguma sinalização... Há muitas outras. Se as buscarmos e pusermos em prática, teremos professores, funcionários e alunos novamente entusiasmados... e isto (quase) basta.

PÓS-GRADUAÇÃO: UMA SOLUÇÃO PARADOXAL



Montar um quadro da questão da pós-graduação na Universidade brasileira é uma tarefa pouco entusiasmante. Paradoxalmente, é pouco entusiasmante não porque este quadro revele um cenário desesperador e mais uma vez nos leve às justas e repetidas críticas que todos aqueles que pensam o ensino superior no país tem apontado. É pouco entusiasmante porque é na qualidade da

10 / ADverso

pós-graduação, é na produção de pós-graduação e principalmente nas expectativas dos estudantes que a ela se dirigem que podemos, inversamente, perceber todos os fracassos do projeto de ensino superior que tem sido imposto à educação brasileira desde os idos dos anos de 70.

Não se trata, em absoluto, de jogar fora a criança junto com a água do banho, mas sim de indagar por que há tanta expectativa na pós-graduação. Ora, a Universidade é um conjunto complexo de atividades, exerce funções variadas, tem como sua face mais pública e, talvez, seu papel social mais relevante, formar profissionais, mas atualmente, o que parece que estamos avistando é que os próprios profissionais que formamos só conseguem se auto-identificar como profissionais competentes, se trouxeram junto a seus diplomas universitários, título de mestrado e, preferencialmente, de doutorado. Que sistema universitário é este que só consegue formar profissionais capazes de desempenhar satisfatoriamente suas funções se os deter por 8 ou 10 anos? Se necessita reduzir as aulas a seminários quase privados? Nós mesmos, professores, assistimos nossos alunos tratarem os cursos de graduação como ritos de passagem para uma futura e verdadeira profissionalização a nível de pós-graduação. Nós mesmos sabemos que aqueles que estão nas aulas buscando apenas qualificação a nível de graduação, têm chances diminutas de se incorporar no mercado como profissionais nas suas áreas de atuação.

Enganam-se aqueles que pensam que este estado de coisas vem provar que a pós-graduação se constitui no berço e cartelo da competência e assim deve continuar. Enganam-se igualmente aqueles que pensam que a solução é pôr por terra o sistema de pós-graduação com argumentos de elitismo e de outros populismos conhecidos.

No atual momento da história do ensino universitário a pós-graduação é fundamental. A Universidade deve ser de fato o local onde os profissionais que pretendem tornar-se pesquisadores nas suas áreas, devem encontrar espaço para

isso. Discutir que pesquisa deve ser feita, como deve ser direcionada é um outro problema, dos mais sérios, inclusive. Mas, mesmo sem entrar neste mérito, a Universidade não pode abrir mão de ser este centro de pesquisa.

Por outro lado, entretanto, reivindicar tal posição é reivindicar a formação de um tipo específico de profissional e não o único profissional capaz de ser competente e capaz de responder às demandas da sociedade. A incapacidade do sistema universitário de formar profissionais nos cursos de graduação de alto nível é um seriíssimo problema no ensino superior do país e, além disto, uma grave ameaça a própria natureza da pós-graduação, que tende a se tornar a graduação elitizada.

A atual situação sem dúvida alimenta vaidades de professores e de alunos, alimenta também o sonho de poder daqueles que transformaram títulos oficiais de saber em capital de poder, mas aponta para sérias crises de identidade da Universidade como um todo e do sistema de pós-graduação em particular. Enquanto não causar pânico pensar que em universidades brasileiras existem departamentos que ao mesmo tempo oferecem excelentes cursos de mestrado e doutorado e fraquíssimos cursos de graduação; enquanto tal convivência parecer normal e servir para pôr lenha na fogueira das vaidades, a pós-graduação está seriamente ameaçada de perder seu sentido, e a Universidade, seriamente ameaçada de sucumbir às críticas menos qualificadas.

Para não dizer que não falei de flores, A VOLTA é óbvia. Temos de retornar à incansável discussão do sentido da Universidade neste país chamado Brasil, sob pena de muito proximamente não termos mais sobre o que discutir.



ENSINO SUPERIOR

A DIMENSÃO UTÓPICA DA AVALIAÇÃO

“É certo que, naquilo que diz respeito às experiências que venham a ser úteis para esse fim, um homem sozinho não seria suficiente para realizá-las todas”

“Deste modo, não é propósito meu ensinar aqui o método que cada um deveria seguir para bem orientar a sua razão, porém somente demonstrar de que modo procurei conduzir a minha”

Descartes, Discurso sobre método

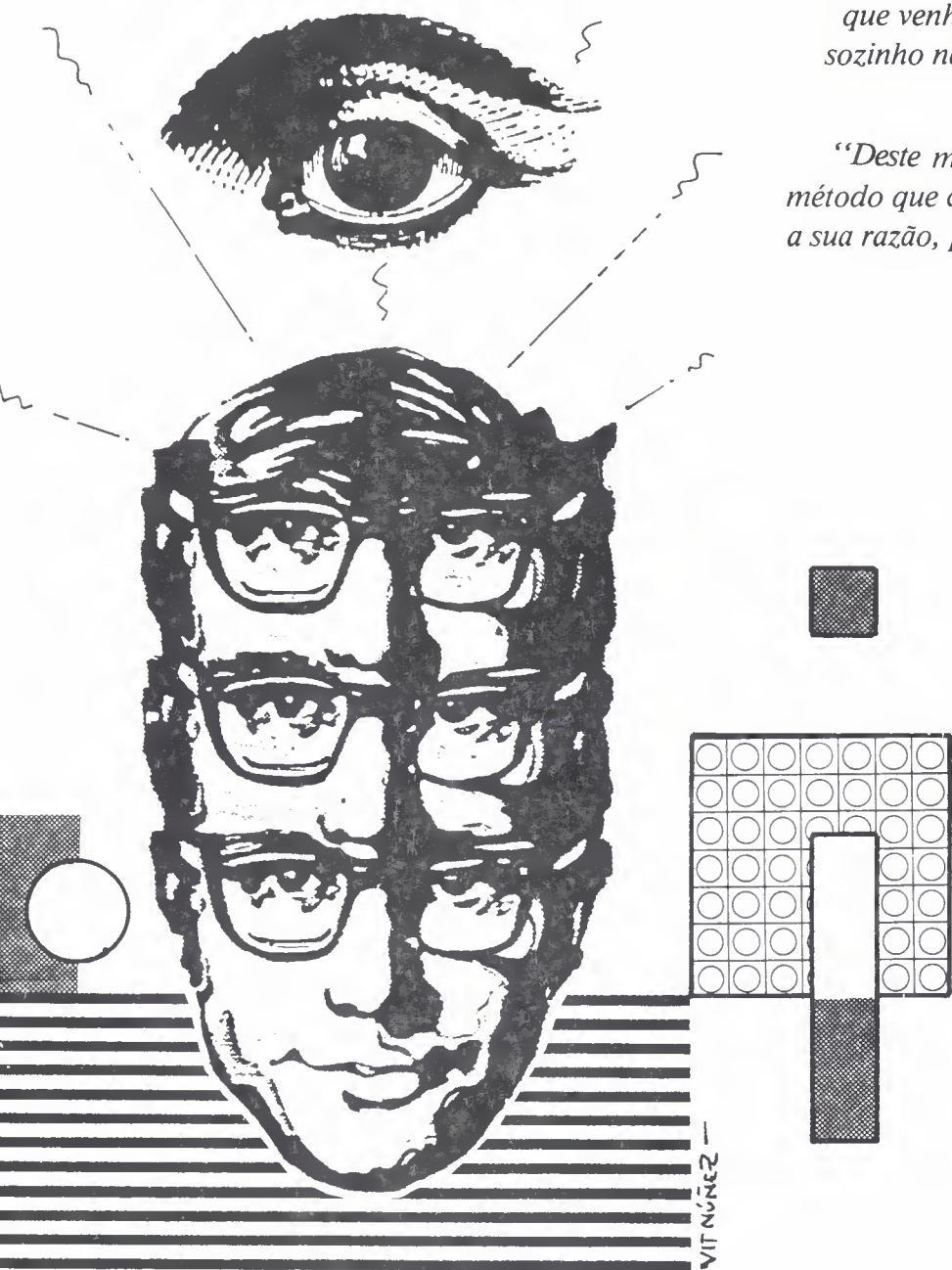
FLÁVIO AGUIAR*

Em artigo recentemente publicado em revista da Fundação Carlos Chagas, a professora Ana Maria Saul¹ defende de modo pertinente a tese de que “o processo de avaliação institucional deve ter o seu fulcro na auto-avaliação”.

Ana Maria Saul entende o processo de avaliação como “crítico-transformador”, e que tenha, em consequência, um “caráter emancipador”.

“É, portanto, diz a professora, “de natureza político-pedagógica, incorporando uma perspectiva crítico-transformadora como fundamento e uma prática democrática enquanto processo”.

***Presidente da Associação dos Docentes da USP — Seção Sindical.**



Auto-formativo, o processo de avaliação assim concebido tem como condição a fixação de critérios que levem em conta a relevância social da produção da Universidade.

“É indispensável, porém, que essa relevância seja visivelmente construída e reconhecida pelo coletivo que vise o dia-a-dia da instituição, em intercâmbio contínuo com o conjunto das demais instituições universitárias e com as instâncias que, no momento, definem a política e avaliam a universidade”.

Dessa forma comprometer-se-iam os agentes do ensino superior, “com o delineamento e com a execução de um projeto de universidade onde a participação garanta o envolvimento daqueles que vivem o cotidiano da universidade, na sua construção e/ou reconstrução”.

A tese de Ana Maria Saul é essencialmente correta, e quero, neste artigo, apor-lhe apenas uma complementação que vejo como indispensável.

A questão de quem avalia e de que com que critérios se avalia deve vir acompanhada da questão do projeto de universidade em nome de que se avalia. A discussão deste projeto, por sua vez, deve se dar da forma mais pública e transparente possível. Se a Universidade deve guardar para si uma função de reflexão crítica, que também a considere como objeto, como parte de um projeto de emancipação em direção a uma sociedade mais livre, justa e democrática, o projeto de universidade deve se constituir em diálogo, com o conjunto social de que ela faz parte, através de seus diferentes segmentos constitutivos.

A emancipação da Universidade, concebida como superação das práticas clientelistas que nela subsistem, associadas à reprodução inquestionada da ideologia dominante e das fórmulas cristalizadas nos diversos campos do conhecimento e do saber, vem necessariamente associada a uma discussão de mudanças no e com o conjunto da sociedade, e do papel das mudanças universitárias face a estas necessárias mudanças de conjunto.

A ideologia burguesa dominante no Brasil vê a Universidade como uma das possíveis “ilhas de modernidade” no conturbado mar de atraso e danação que

é nossa sociedade. Por isso mesmo, nessa visão, não caberia “introjetar” na Universidade conflitos e cicatrizes sociais que têm raiz na profunda desigualdade que é a espinha dorsal de nosso particular sistema de produção e apropriação de bens. Daí a resistência tenaz que essa ideologia oferece à consolidação, na Universidade, de práticas sindicais, sempre desqualificadas como “corporativas”. O reconhecimento público da Universidade como campo de conflitos destruiria a visão das instituições de ensino superior como imagem de uma emancipada e hierarquizada harmonia entre diferentes segmentos sociais (mestres, aprendizes e servos) — proposta como imagem de uma suposta “harmonia social” — que no fundo, revela a esperança de elidir os conflitos entre capital e trabalho. A retórica dessa imagem construída e reiterada pela ideologia dominante se choca frequentemente com as disputas ferozes por verbas e por cargos de poder nas próprias universidades, disputas que ficam relegadas aos bastidores dos conselhos, reitorias e ministérios. Choca-se também contra a política de privatização do espaço público, que ora manietta a Universidade pelo esmagamento de seu potencial de autonomia e crítica, como no passado recente das cassações, ora pela mingua de recursos, que transforma estes em signos de privilégios, quando não de favores, benesses e sinecuras. A visão da Universidade como “harmonia social” revela então sua dimensão de desfocada utopia, contribuindo para diminuir a visibilidade da reprodução da ideologia dominante e das suas formas de dominação no conjunto da produção do ensino superior.

A Universidade, internamente, é também espaço de disputa entre seu caráter público e a apropriação privada do que ela produz. A emancipação da Universidade não poderá ser imaginada apenas por si mesma, a partir do puxar-se por seus próprios cabelos. Essa emancipação nascerá também do confronto dos diferentes projetos sociais que nela convivem de modo conflitivo e que espelham e se articulam com projetos semelhantes e igualmente dissonantes e conflitivos que permeiam o tecido cotidiano da sociedade. Entretanto, a busca da articulação destes projetos que convivem na Uni-

versidade com o confronto dos projetos que convivem no conjunto da sociedade, deve se dar de modo a não interferir no princípio da autonomia universitária. Sem este princípio — seja em que regime for — a Universidade terá consideravelmente diminuído o espaço de exercício de sua necessária função crítica, tanto no que diz respeito à consolidação do espírito de cidadania como patrimônio igualitário e coletivo, quanto no de formação profissional.

Por esse conjunto de razões, o movimento docente tem defendido a constituição de Conselhos Sociais, com representantes de diferentes segmentos sociais e do poder público, que tenham por função avaliar o desempenho global das universidades públicas. Estes Conselhos, com representantes do capital, do trabalho, do poder público, dos segmentos internos das universidades e dos órgãos de fomento, seriam instâncias institucionais onde se daria o debate entre os papéis atribuídos às universidades nos diferentes projetos sociais em curso, de forma articulada com o debate sobre os papéis da mesma que se dá em seu próprio interior. Este debate interior, na verdade, espelha as diferentes visões que coexistem no conjunto social. Para não quebrar o princípio da autonomia, as deliberações deste Conselho não seriam aplicadas de imediato — mas teriam de ser necessariamente submetidas aos órgãos decisórios internos das universidades públicas. A constituição de um tal Conselho contribuiria também para contextualizar melhor a ação dos órgãos e poderes do Estado, entre os quais se situa a própria Universidade Pública. Na visão burguesa tradicional, a relação entre sociedade e Universidade é mediado pela dos poderes do Estado (em particular, no caso brasileiro, do Executivo), vistos abstratamente como contendo em si a “representação” global do campo social. Colocar o Estado, através de seus poderes e de seus órgãos da área de ensino, ciência e tecnologia, numa arena de debates constituída também pela sociedade civil organizada, certamente contribuirá para ampliar o caráter público do debate sobre as funções do Estado, em detrimento de sua redobrada privatização em curso na sociedade brasileira.

Um Conselho desta natureza não será inócuo, pois ao ter uma função de avaliação, suas deliberações, ainda que não imperativas, terão um peso político enorme. Deverá também, através de uma executiva eleita, ter poderes de auditoria sobre as universidades. É claro também que estes Conselhos, criando-se um por Estado da Federação, deverão ter por objeto legal a avaliação do ensino superior público em seu âmbito. Trata-se de avaliar o retorno social — em sentido muito amplo — das instituições sustentadas a partir da apropriação por parte do Estado, sob a forma de impostos, de parte da produção social, e de medir se a relação entre uma e outra coisa são condizentes com a necessidade pública. Entretanto, se alguma instituição privada quiser instituir conselho semelhante, nada deve impedi-la de assim proceder, é claro.

Alguns problemas se antepõem no caminho da constituição de Conselhos desse tipo. O primeiro é a falta de prática: nada existe de semelhante na história do poder público no Brasil. Mas é necessário também conceber que a existência de órgão semelhante é a contrapartida necessária da construção da autonomia universitária — **que também não existe na tradição brasileira de ensino superior.**

O segundo problema é que haverá uma tendência, por parte das administrações universitárias, de reduzir estes conselhos, se instalados, simplesmente a *lobbies* de prestígio para obtenção de mais verbas. Exemplo disto é o que aconteceu na recente reforma do estatuto da USP, onde a idéia de tal Conselho acabou esvaziada com sua redução a um órgão assessor da Reitoria, com “personalidades notáveis” nomeadas pelo sr. Reitor!

Da parte dos agentes do Estado poderá também haver resistências, pois a sua ação, ao ser repetidamente contextualizada, terá relativizado aquele *diktat* imperial tão característico da república brasileira. De seu lado, entidades empresariais e sindicais terão de dizer também a que vêm no debate sobre educação. Num Conselho desta natureza, quem avalia também é avaliado, e isso pode, igualmente, gerar resistências.



Do lado dos movimentos organizados nas universidades, deve-se combater desde logo a inclinação que há de se imaginar tais conselhos como verdadeiras óperas faraônicas com centenas de figurantes, orquestras e figurinos deslumbrantes, fato este mais provocado pela miríade de tendências que coabitam naqueles movimentos do que por uma necessária representatividade social. Esta visão, na verdade fragmentária do social, tende a tornar um tal Conselho uma proposta inoperável.

A conclusão deste artigo é a de que tão importante quanto instituir-se a auto-avaliação é instituir-se uma arena de debates sobre os diversos projetos de universidade socialmente latentes ou expressos, que permeiam as considerações sobre educação hoje no Brasil, e de que os processos de avaliação decorrentes sejam balizados por este confronto de projetos. Para não ser nem inócuo ou dilutante, nem permanecer uma série de monólogos de princípios, este debate deve ter uma expressão institucional, através de uma instância pública convocada periodicamente para este fim. Quem a convoca? Pode ser o presidente do Legislativo Estadual, como está no projeto da Andes-SN. Pode ser o responsável pela área de ensino superior e pesquisa, nos estados onde a figura institucional houver desse responsável (Em S. Paulo, o Secretário de Ciência & Tecnologia). No presente, seria importante começar a desenvolver algumas experiências-piloto no sentido de implementar a idéia de tal Conselho, a partir de algumas administrações democráticas nas universidades brasileiras.

Uma última palavra, e de caráter

peçoal. Já se conhece — e se não é do conhecimento do leitor, este artigo a ele a revela — a raiz socialista de seu autor. E já nem uma ou duas vezes provocou espanto essa defesa, por um socialista convicto, da participação empresarial, hoje, em conselho de tal responsabilidade.

Quero considerar que é, entretanto, impossível tapar a vida com a peneira das próprias convicções, embora, nas instâncias a que estivermos presentes, devamos sempre defendê-las com radicalidade.

Quero também considerar que o diálogo conflituado é mais civilizatório do que os monólogos à bala a que as classes dominantes estão acostumadas e a que nos acostumaram nesta desterrada América do Sul.

Neste sentido é possível, quem sabe provável, que o debate, como diálogo conflituado em torno da Universidade, de seus projetos e de sua avaliação, tenha de fato uma real dimensão utópica, criativa, a pôr em foco nesta nossa história particularmente violenta e predadora de culturas.

1. “Avaliação da Universidade: Buscando uma Alternativa Democrática”, in “Estudos em Avaliação Educacional”, Jan-Jul 1990. pp 17-19. As citações seguintes são do mesmo artigo.



A burocracia não pertence a uma determinada classe social, mas usualmente existe para sustentar a classe dominante.

A burocracia reproduz os esquemas de poder vigentes em nome de um projeto formulado fora dela, tendo como função a distribuição dos postos de mando.

Como a burocracia não detém poder, mas apenas sustenta esquemas de poder, tende a se tornar impessoal e irresponsável, porque destituída de autoridade, a qual advém das decisões de uso e exercício do poder.

Essas características tornam as burocracias, num primeiro momento, concorrentes aos cargos de mando e omissas a partir do instante em que são investidas no exercício do mesmo, negligenciando ou colocando num plano secundário os processos que se desenvolveram para colocá-las nos cargos.

Adverso/15

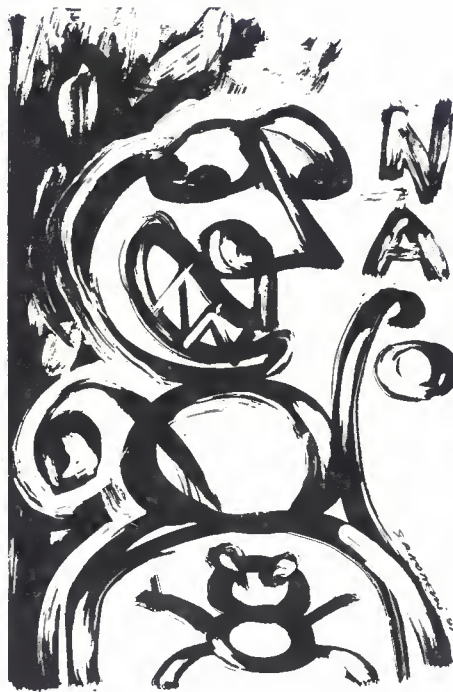
A diferenciação entre mando e poder constitui o elemento essencial para se entender o processo de formação dos diferentes tipos de burocracias.

Em outras palavras, é necessário que se entenda o projeto da classe dominante para entender o tipo de burocracia que se instala; na medida em que a burocracia representa um certo tipo de organização da classe dominante, representa a preservação, segundo Lefort, de um estatuto, dentro de determinadas configurações sociais.

Podem mudar as camadas que a formam, (daí a constituição de um sistema de cargos) mas permanece a organização com outros fins e interesses. Normalmente, a burocracia se instala com o discurso do “interesse geral”. No entanto, esse interesse não passa do interesse na burocracia, que exige, para sobreviver, que se perpetuem esferas de interesses particulares (das instituições, dos grupos, dos governos) para representar frente à sociedade a permanência de uma universalidade imaginária.

A burocracia tende a ocupar-se de tudo e de todos os espaços. Está condenada a exercer uma atividade incessante de justificação, pelo fato de não possuir uma função real. Devido a esse aspecto ela apresenta-se sempre como virtualmente parasitária. Está fisiologicamente vinculada aos cargos e a reproduzir, na esfera do mando, o exercício de um poder que não lhe pertence. Como se constitui na guardiã desse poder, a burocracia forma um círculo ao qual nada escapa, e que tem seu assento no reino dos “despachos”, dos “vistos”, dos “cientistas”, dos “encaminhe-se”, conseguindo dos subalternos uma delegação que passa aos “chefes” a preocupação de tomar iniciativas, resolver problemas e dificuldades, dentro de uma esfera de atividade que dilui o particular na “regra geral”.

Em contrapartida, espera do subordinado a compreensão e a solidariedade quanto à incompetência com que se veste, na medida em que o “interesse geral”



difficilmente consegue atingir o particular, justificando, dessa forma, a impessoalidade e a omissão.

A burocracia encastela-se em estruturas que classifica em primeiro, segundo, terceiro e demais escalões, em instituições estatais ou privadas. Estas organizações perseguem fins específicos dentro de um projeto geral. A existência desses fins específicos e a ação dos guardiões para persegui-los é a maneira pela qual se produz a estrutura e as forças de controle e de dominação vigentes.

Embora encastelada no Estado, a burocracia coloca-se fora da órbita do Estado, passando em grande parte a exercer suas funções na sociedade civil, na medida em que esta se desenvolve e se complexifica, possibilitando que se instituam e se articulem as formas de controle e dominação, fazendo com que estas formas se reproduzam em todas as esferas da sociedade. Foucault nos fala do exercício de uma infinidade de “micro-poderes” no interior de cada instituição, visualizando as formas de como se exerce e se distribui o poder na sociedade a fim de que se produzam as condições de sua reprodução.

A norma, para a burocracia, é a forma de existência legal dessa dominação e desse controle. Como os critérios de aplicação da norma são definidos pela média, há a possibilidade de contornar os desvios pelo enquadramento ou exclusão a ela, através de um sistema de gratificações e punições, que dão ao exercício do mando feições de autoridade e de distribuição de poderes de uma escala hierárquica pré-estabelecida.

Desta forma, o porteiro de um prédio, por exemplo, está investido em um cargo que lhe confere os mecanismos de controle, legitimando sua postura frente aos que são impedidos de entrar. Juntamente com o cargo, herda o conjunto de normas que orientarão sua conduta no sentido da escolha das condições e características de quem deve ser impedido de entrar. Esta definição ocorre fora de uma esfera de atuação, devido ao processo de fragmentação e fracionamento que apresenta o poder para que se cumpram as normas, o que redundará numa conformidade imaginária entre investidura no cargo e a ilusão de ser detentor de uma parcela de poder.

O chamado poder da burocracia, desta forma, ao atribuir funções, fraciona poder e decisões, as quais são definidas também fora delas, através de um estatuto que está acima dela e através do qual se articulam com as políticas do Estado. A burocracia define critérios que já foram definidos, atuando como se os princípios e os critérios emanassem dela, possibilitando que a reprodução do estatuto se efetive em todos os níveis organizacionais (organograma) da instituição. Os regimentos internos de uma fábrica ou os Estatutos da Universidade podem ser visualizados a partir da possibilidade concreta que impõem, isto é, da reprodução em todos os níveis do estatuto geral. Na Universidade, o CONSUM, o COCEP, a COMCAR, os Departamentos, as Câmaras e uma infinidade de instâncias constituem os níveis de reprodução de um estatuto atrelado aos objetivos e desígnios de um projeto maior, e constituem os elementos de permanência e reprodução desses objetivos.

A burocracia, como organização, apresenta-se sob uma multiplicidade de

formas, porém com uma função comum. Por isso está, seja de que forma se apresente, à serviço de uma ideologia. Weber concebe-a como um tipo de organização, ou seja, um modo puramente formal e não como uma camada social específica que estabelece entre seus membros uma certa ordem e um certo estilo de relações, e ao mesmo tempo engendra uma história própria. No entanto, todas estas características estão presentes, e o fato de não serem pensadas por ela, contraditoriamente possibilita constantemente a reconstituição dessa camada, e assim, reconstitui as formas de exercício da dominação, ampliando sua extensão, que tende a cobrir todas as esferas das decisões políticas e econômicas do Estado, sem contar as correlatas.

A impessoalidade e a irresponsabilidade são a marca constitutiva das ações da burocracia. Na medida em que fundamentada numa hierarquia de cargos, que transfere ao superior imediato a solução dos problemas e dificuldades, todos se tornam funcionalmente irresponsáveis. Quanto maior a fragmentação das atividades, quanto maior a diversidade, a especialização e o caráter estanque dos serviços, quanto maior a hierarquização e a delegação de mando em cada nível, mais se multiplica, sob essa dispersão das instâncias de coordenação e de controle, mais próspera e mais irresponsável se torna no tocante às decisões.

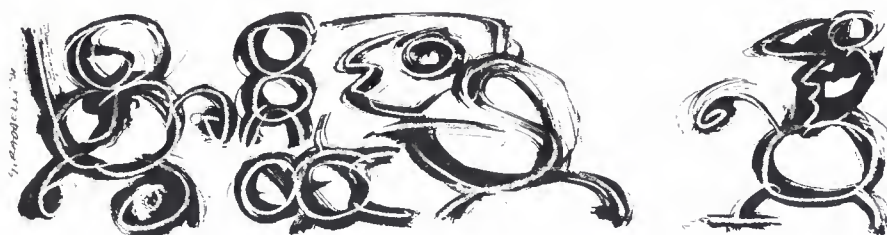
Esse inchamento pode-se tornar tão absurdo, que as ordens dadas numa instância, ou são negadas ou contradizem outra dentro de uma mesma instituição. Esse fato identifica prioritariamente, por um lado, a fragilidade do projeto imposto, e por outro, a aceleração do processo parasitário da própria burocracia, que se debate no emaranhado das normas, pareceres, designações, comissões, editais, portarias, resoluções, processos, etc., etc., tornando a vida em sociedade um inferno de papéis especificadores e arbitrários, que se estendem como uma teia, buscando o controle total das ações e funções sociais vitais, desorganizadas e consumidas no próprio círculo vicioso das funções burocráticas.

Como as funções da burocracia estão sedimentadas em todas as esferas da

sociedade (políticas, econômicas, jurídicas, etc.), não é difícil visualizar o enorme espaço, em todas as dimensões e decisões no plano pessoal. Na base da ação da burocracia está a lógica da divisão social do trabalho e a dialética do próprio processo de socialização dos indivíduos, os quais, por sua vez, garantem o funcionamento da lógica burocrática — base e sustentáculo das formas instituídas de controle, dominação e de exercício do poder do Estado. Esta dimensão mostra acima de tudo o caráter conservador da burocracia, mesmo quando assume o discurso ideológico transformador da democracia, da competência, da eficiência e da modernidade, orientando a lógica da produção e a lógica da socialização, no sentido da reprodução do sistema total de dominação, de exploração e de posição de classe, principalmente em sociedades onde imperam fortes graus de desigualdades. A “norma” coloca em situação de igualdade indivíduos socialmente desiguais, justificando-se, desta forma, a própria situação de desigualdade.



O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO DESENVOLVIMENTO E NA EDUCAÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA



CRISTOVAM BUARQUE

1. O DESENVOLVIMENTO DA DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO.

Até muito recentemente, o conceito de desenvolvimento tecnológico era aplicado como sinônimo de avanço técnico. E este conceito significava a capacidade de utilizar as últimas técnicas no mundo. Significava desenvolvimento científico um país receber indústrias automobilísticas, centrais nucleares, independentemente de dois fatos: a) de que ele conhecesse as técnicas que utilizava e, b) de que o uso destas técnicas significasse um resultado previamente definido por quaisquer princípios éticos.

Nestas condições, muitos países do terceiro mundo, inclusive o Brasil, conseguiram ao longo das últimas décadas um significativo “desenvolvimento tecnológico”. Apesar disto, o quadro global da nossa sociedade não apresenta os

*Professor e ex-reitor da Universidade de Brasília.

resultados que eram esperados. Nossa sociedade continua dependente, pobre, endividada, instável, sem rumo e sem um grau de harmonia que a permita funcionar organizada e satisfatoriamente.

Diante disto, há duas possíveis respostas: a) o desenvolvimento científico e tecnológico não tem necessariamente repercussão positiva; ou, b) o que tivemos não foi um desenvolvimento tecnológico, mas simplesmente o acesso a técnicas existentes. Os cientistas/tecnólogos trabalharam neste período com duas falhas básicas.

A primeira, do ponto de vista ontológico e, em consequência, ético. Perderam a perspectiva do propósito do conhecimento que buscavam ter. Cairam na falácia e na tautologia de fazer o avanço técnico autojustificado, onde o que indicava um nível superior de avanço técnico era estar em um nível superior de avanço técnico. Sem qualquer consideração sobre os resultados últimos do uso deste avanço. Sem uma consideração sobre o conseqüente avanço ou retrocesso no nível de vida social, cultural, ético da sociedade. A partir daí, nossos cientistas e tecnólogos perderam a perspectiva ética do uso do conhecimento de que dispunham de forma ainda mais grave do que os cientistas e tecnólogos dos países desenvolvidos. Se estes se dedicavam à produção de refinados armamentos, os nossos se dedicavam a não resolver e até agravar a situação de nossa população, com conseqüências tão ou mais dramáticas do que muitas guerras.

A segunda, do ponto de vista epistemológico do significado de desenvolvimento tecnológico, mesmo quando este é visto na sua tautologia. Ao considerarem desenvolvimento tecnológico como acesso ao uso das últimas técnicas, ao lado de perderem a perspectiva ontológica e ética, os nossos cientistas, especialmente tecnólogos, se conformaram no papel de copistas das últimas técnicas e não de formuladores de tecnologia. Confundiram a desejada capacidade-de-produzir-conhecimento-novo para ampliar o grau de bem estar, de liberdade e de cultura de seu povo e do mundo, como sendo o mesmo que ter conhecer-o-novo independente dos resultados que serão obtidos.

Esta redefinição correta da expres-

são desenvolvimento tecnológico é o primeiro passo para que ele possa ser realizado.

Diferentemente do simples avanço no uso de técnicas de ponta, Desenvolvimento Tecnológico em uma determinada sociedade, deve significar a capacidade de criar técnicas capazes de servirem aos propósitos definidos eticamente por esta sociedade.

Por sua vez, Desenvolvimento Científico deve ser a capacidade de criar as bases para o desenvolvimento tecnológico visto acima, com o ajuste ao fato de que a ciência, diferentemente da tecnologia, tem um papel universal e estético. Como tal, o cientista não precisa se comportar dentro das especificidades da sua sociedade, podendo e devendo transcender ao seu papel global para a humanidade. Além disto, a ciência, ainda mais diferentemente da tecnologia, carrega uma finalidade em si, vista ontologicamente como uma das criadoras dos valores estéticos que o conhecimento mais puro propicia¹.

2. A DESCOBERTA DO PAPEL DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Para que saia da tautologia e do descompromisso ético, cabe aos cientistas e tecnólogos assumirem um papel que vá além de simples copistas de técnicas atuais. Este papel está na busca de serem os instrumentos básicos da formulação do conhecimento necessário para a criação de uma civilização crescentemente mais Livre, para construir um mundo crescentemente mais Belo².

A construção da liberdade é o trabalho da tecnologia com a qual o homem passa a dominar a natureza, controlando-a de forma a ter tempo livre da luta pela sobrevivência, ampliar sua esperança de vida de forma cada vez mais saudável. Por outro lado, este tempo livre permite o meio para que sejam desenvolvidas as atividades fins do homem na construção da Beleza, sob todas as suas formas: as artes e as ciências, a democracia, os esportes..., e especialmente a realização da Justiça sem o que o uso dos valores últimos dos homens fica como um

privilégio para poucos indivíduos, criando-se uma sociedade que embora praticando a beleza, é feia em si.

A história mostra exemplos de sociedades onde a Beleza e a Verdade foram práticas em condições imperfeitas de uma sociedade que não era Bela em si. Mesmo na Grécia antiga, conviva a mais refinada prática estética com um regime de escravidão. Mesmo situada em sua perspectiva histórica e com uma radical diferença ética em relação ao perverso regime escravocrata do mercantilismo, a tolerância com a escravidão, a diferenciação entre os homens mostra uma imperfeição na sociedade grega, sobretudo à luz do mundo moderno. Onde graças às técnicas existentes, todo homem já pode ter acesso aos bens materiais e culturais, sem necessidade de explorar o outro. As análises de Aristóteles sobre a escravidão em nada diminuem o papel de Aristóteles como pesquisador da verdade. Tampouco seria de esperar que ele pudesse ter uma visão e um papel libertários além do nível do avanço das técnicas na Grécia antiga. Mas, não se pode deixar de considerar que nesta perspectiva, seja tendo que ser ou podendo não ser, ele foi tolerante com uma realidade feia da sociedade, uma vez que limitava a beleza da liberdade apenas a uma parte dos seus habitantes³.

A situação se torna muito mais difícil de explicar no caso das sociedades fascistas e racistas deste século. Especialmente a sociedade alemã dos anos 30 foi ao mesmo tempo uma grande promotora da beleza das artes e da verdade na ciência, mas dentro de compromissos de ambas com uma sociedade perversa excludente. Os mesmos militantes nazistas contruíam campos de concentração, torturavam presos.

Quase o mesmo pode-se dizer dos cientistas e artistas de hoje nos países do Terceiro Mundo e na África do Sul. Ao lado de construirem um mundo que tenta ser mais belo, mais conhecedor da beleza, toleram, muitos deles sem qualquer constrangimento e mesmo sem perceber, um mundo onde a desarmonia social e a perversão da desigualdade convivem com um enorme potencial que, se bem utilizado, aboliria toda forma de pobre-

Ainda mais grave é o caso dos tecnólogos que não apenas convivem, mas, diretamente ou não, são os projetistas dos instrumentos que criam estas sociedades perversas.

No caso da sociedade sul-africana, dos seus cientistas e tecnólogos, pode-se ao menos dizer que, apesar de racistas e imorais do nosso ponto de vista, ao menos não são hipócritas ao defenderem, como Aristóteles já o fez em um mundo diferente há 2.500 anos, a desigualdade genética entre os homens. No caso de países como o Brasil, quando um cientista denuncia a desigualdade mas não aceita abrir mão dos privilégios criados por ela, ou quando um tecnólogo produz para reproduzir um sistema que só é viável com a desigualdade e dela se beneficia, pode-se dizer que ao lado da imoralidade há também uma grande hipocrisia.

A solução desta contradição está em descobrir corretamente o papel da ciência e da tecnologia em países como o Brasil.

De um lado, assumir que o conhecimento tem um compromisso absoluto com a beleza e a liberdade. De outro, definir quais os vetores que definem esta beleza e a razão de ser desta liberdade; e quais os caminhos a serem percorridos.

O desenvolvimento científico, comprometido primeiro com a beleza em sua perspectiva civilizatória global, não precisa ter pátria ou responsabilidade imediata com a solução de problemas do momento, nem mesmo da realidade. Ela se basta e se justifica, enquanto o conhecimento que gera não passa a ter um papel transformador.

Quando este conhecimento se transforma em tecnologia e passa a ter um papel transformador, ele passa a ter um compromisso direto com a realidade. Neste caso, o conhecimento tecnológico tem que assumir um compromisso com o tempo de sociedade que deseja, com a solução dos problemas que a realidade coloca diante dela.

O desenvolvimento tecnológico a que se propõem os tecnólogos, deve significar não a cópia de técnicas neutras,

mas sim, a construção de um marco capaz de criar técnicas conforme os problemas que a sociedade se coloca em função de objetivos a que ela se proponha eticamente.

Neste sentido, os mais primitivos técnicos de uma sociedade estancada, como esquimós ou bérberes, são mais competentes, do que os mais sofisticados engenheiros de alguns países subdesenvolvidos que aprendem a repetir técnicas que não respondem corretamente aos problemas de suas nações.

Mas não é isto que basta às sociedades do terceiro mundo, integradas culturalmente ao mundo ocidental desenvolvido. No nosso caso, aos nossos engenheiros cabe criar uma base de conhecimentos capaz de solucionar os nossos problemas. Uma base que não aprisione os nossos problemas, nem nossas soluções, nas visões de sociedades estrangeiras, cujas realidades sejam distintas das nossas, nem tampouco no passado de nossas próprias sociedades. Diferentemente das sociedades estancadas, as nossas têm uma ânsia de mudanças e de evolução, com necessidades diferenciadas no tempo. Nas nossas sociedades, uma ânsia de modernidade permeia todo o conjunto das populações.

Não se trata portanto de uma recusa à abertura e mesmo à cópia de soluções, nem uma recusa à modernidade. Trata-se de um compromisso ético na definição de quais são os verdadeiros problemas da sociedade, antes de partir para suas soluções. E, obviamente mas não tem aceito na prática, que estas soluções não ocorram em contradição e negando os próprios objetivos a que elas buscam servir. E de incorporar estas soluções na construção de um saber capaz de sobreviver soberanamente. Nisto está a descoberta do desenvolvimento científico e tecnológico.

3. O Papel da Universidade

Com exceção de raros inventores isolados ou em escritórios e projetos, o aparelho científico e tecnológico está hoje dividido em três grupos principais:

poucas empresas, alguns centros de pesquisas independentes e as universidades. Trabalhando diretamente para responder às exigências de uma economia imitativa e de um mercado divorciado das reais necessidades da população, não se pode esperar das empresas, salvo raríssimos casos, que orientem sua produção de técnicas visando um real desenvolvimento tecnológico. Para elas, o desenvolvimento continuará sendo sinônimo de obter, copiando ou não, técnicas que reduzam seus custos para produzir aquilo que o mercado exige, independentemente da realidade social e da viabilidade a longo prazo. Elas continuarão basicamente submetidas ao método de comprar as técnicas do momento para atender o mercado concentrador do momento. Não terão como incluir objetivos éticos na definição das novas técnicas, nem criar um poder inovador, já que a inovação que fazem é antiquada no conceito de estar prisioneira de modelos estrangeiros e arcaicos.

Os centros de pesquisas criados nas últimas décadas tampouco poderão dar as soluções para o desenvolvimento tecnológico no sentido de criar um poder de criar um conhecimento comprometido com uma sociedade eficiente e harmônica, porque eles são especializados por áreas do conhecimento e, por isto, não conseguem transcender ao entendimento da realidade multidisciplinar do mundo, nem incorporar as variáveis não diretamente específicas de suas áreas.

Da mesma forma que as empresas, estes centros podem ser instrumentos de uma modernização, mas não conseguirão ser instrumentos institucionais de modernização do conceito de modernidade. Continuarão prisioneiros institucionalmente, mesmo que alguns de seus pesquisadores ou até todos eles fiquem insatisfeitos e desejem mudanças.

Por sua multidisciplinaridade, pelo espaço de sua militância, a Universidade seria o único agente da infra-estrutura científica e tecnológica capaz de comprometer-se com a modernização do conceito de modernidade. A saltar da prisão dos paradigmas existentes e criar um marco onde desenvolvimento tecnológico possa ser definido eticamente, saindo da tautologia em que o desenvolvimento

de técnicas é definido como objetivo do desenvolvimento das técnicas.

A crise que vêm vivendo as universidades, desde antes da falta de recursos dos demais centros independentes, é um sintoma de que ela vem manifestando uma insatisfação e buscando novos caminhos. Mas, lamentavelmente prisioneira do passado, com seus quadros prisioneiros dos privilégios de uma sociedade de apartheid social, a luta da Universidade vem se mantendo ao nível dos interesses corporativos.

A Educação da Ciência e da Tecnologia no Brasil exige a Educação de sua Universidade para cumprir o papel que o atual momento de ruptura significa⁴. O que nos interessa é avançar na idéia e discutir como uma universidade modernizada, no sentido de educada para atender seu compromisso com uma nova modernidade, deveria se situar e se organizar para cumprir este papel.

a. A DEFINIÇÃO DE SEU PAPEL

Cabe à Universidade procurar se adiantar, antes que as forças políticas nacionais o façam, com todos os riscos de compromissos com o passado, e propor seu papel como de modernizadora, definindo modernidade. Em vez da modernidade aparentemente neutra, imitativa de realidades e objetivos diferentes, a Universidade deve definir seu compromisso com a modernização social do País e a criação do marco do saber para que esta modernização avance, e soberanamente, para atender todas as exigências sociais.

A modernização passa inicialmente pela abolição das necessidades, da fome, das doenças endêmicas, pela alfabetização e oferta de escola básica para todos os habitantes do País, pelo fim das favelas no seu sentido de degradação urbana, pela ampliação do acesso de toda a população aos bens culturais. Para isto, nossas tecnologias têm que ser comprometidas inicialmente com os problemas das necessidades das grandes massas, e, ao lado, mas secundariamente, com o atendimento dos desejos de uma sociedade de consumo sofisticado, e só quando estes desejos não se contratarem com as necessidades das grandes massas.

No que se refere às ciências, em seus compromissos maiores com a humanidade e o futuro, toda liberdade deve ser assumida. Não se pode ignorar porém a realidade da limitação de recursos e a necessidade de canalizá-los em sintonia com os projetos de desenvolvimento tecnológico. Para isto, deve ser assumido um transparente e politicamente democrático critério de distribuição de recursos. Mas esta democracia não pode se limitar aos muros da Universidade, tem que ser vista em uma perspectiva mais ampla das necessidades de toda a sociedade, devendo por isto criar-se mecanismos que ampliem os participantes nas decisões. Ao lado disto, não se deve, em nenhuma hipótese, privilegiar as áreas de ciência e tecnologia em detrimento daquelas das artes e da filosofia. Em um momento de crise como o atual, estas áreas, ampliadas para receber a participação de todos os cientistas e tecnólogos serão fundamentais na reformulação cultural, na criação de uma nova postura de todos.

b. A MULTIDISCIPLINARIDADE E O REAL

Uma postura deste tipo não será possível se cada área do conhecimento científico e tecnológico continuar prisioneiro de si, nos Departamentos de cada universidade. Continuando esta prisão, cada Departamento no máximo conseguirá repetir o papel de cada centro de pesquisa independente especializado. Para aproveitar sua vantagem de universalidade, a Universidade deverá criar mecanismos para integrar seus profissionais em uma visão multidisciplinar dos problemas da realidade.

Uma proposta que vem sendo formulada em algumas universidades, consiste na implantação de grupos multidisciplinares que saiam da visão do conhecimento unitário especializado e descomprometido do real para uma estrutura que, mantendo a especialização, as una em busca de respostas para os problemas da realidade.

Ao lado desta integração intra-universidades, a Universidade brasileira precisa sair do isolamento de cada uma delas, para uma cooperação efetiva que, além de ampliar o avanço do conheci-

mento, torne mais eficiente o uso dos recursos. De certa forma, cada uma de nossas universidades se preocupa mais com cooperação com universidades estrangeiras do que com as nossas. Por outro lado, em vez da cooperação acadêmica, criou-se um tipo de integração burocrática e sindical. Os planos de cargos e salários e as reuniões dos reitores têm se dedicado muito mais, em alguns momentos integralmente, à discussão de relações administrativas sem uma ênfase na cooperação acadêmica. O ideal para o desenvolvimento científico e tecnológico está exatamente no contrário: uma grande liberdade para cada universidade definir seus planos de cargos e salários, suas estruturas, seus currículos, e uma cooperação cada vez maior nos trabalhos que realizam. Uma redução na integração burocrática e administrativa e um incremento na integração acadêmica.

Um passo para isto é a criação de centros inter-universitários. Mas não nos moldes de privar cada universidade de desenvolver ao máximo a universalidade de suas áreas, nem ampliar a segregação entre universidades de primeira e de segunda classe. A solução estaria nos centros inter-universitários por temas, e não por áreas do conhecimento. E localizados conforme as vantagens dadas pela relação de cada tema com a realidade e com o potencial da Universidade.

c. AS ÁREAS DE PONTA

Um país como o Brasil, com as dificuldades sociais que enfrenta, mas também com o potencial que já tem, não pode cair na tentação de comprometer a Universidade apenas com os problemas do presente, esquecendo a necessidade de criar uma base científica para o futuro. Ainda que concentrando a área tecnológica na solução dos problemas do presente, é preciso, como foi visto, manter os investimentos nas pesquisas científicas de ponta.

Mas, mesmo nas áreas tecnológicas, enfrentar os problemas do presente não significa reduzir o uso de soluções modernas quando elas forem necessárias. A redefinição da modernidade em função dos fins, significa utilizar as técnicas mais eficientes para a solução de cada problema. O que não se pode é prescindir de definir corretamente os problemas,

antes de escolher as técnicas. O que se deve propor é uma orientação de objetivos e a subordinação dos meios a estes objetivos. A tecnologia melhor é a que melhor soluciona os problemas definidos com sabedoria e com responsabilidade ética. Por esta razão deve ser criado um compromisso crescente com técnicas crescentemente eficientes, para o que deve ser mantida uma constante preocupação com as tecnologias de ponta. Um exemplo disto é a área de biotecnologia, engenharia médica, energia... Desde que estes tópicos correspondam às reais necessidades do País. E não a influências externas divorciadas das nossas necessidades. Influências que em geral decorrem da busca de maximização de lucros em escala mundial. Mas também da irresponsabilidade com que muitos tecnólogos e cientistas vêem o País e a realidade social: apenas como cobaias, para realizarem seus projetos de fazer avançar um conhecimento comprometido somente com os interesses pessoais, com os padrões e os objetivos de promoção pessoal a nível internacional, de onde eles vieram.

Mas a ponta na área de energia não é necessariamente energia nuclear, apenas pelo fato de que esta é a mais recente e sofisticada das técnicas de geração de energia. Estar na ponta na área de energia é estar na frente na solução eficiente das necessidades de energia, em uma sociedade onde a demanda de energia deve ser subordinada a padrões definidos eticamente: respeitando as necessidades sociais, o equilíbrio ecológico e a soberania.

O desenvolvimento da biotecnologia não deve estar definido pela moda das pesquisas no mundo, mas em buscar eficientes técnicas comprometidas com a solução dos problemas de nossa população.

Na medicina, que carrega um objetivo eticamente justificado em si, suas soluções devem estar comprometidas com a saúde das grandes massas da população e com o acesso de todos aos benefícios que as técnicas permitem.

Na educação, a modernização não deve começar pelos meios, com o uso de refinados equipamentos, mas sobretudo

com a ampliação do atendimento educacional à toda a população.

d. A GRATUIDADE

Toda a reformulação da universidade exige a gratuidade do ensino. A recente defesa da universidade paga é uma tentativa, por maquiavelismo de alguns e ingenuidade e incompetência de outros, de apropriar-se da Universidade, para que ela não seja modificada. Para que ela não assuma compromissos sociais, subordinados a propósitos éticos. A universidade paga, será paga apenas em uma pequena parte, porque na maior parte ela será subsidiada. Mas ao ser paga, nesta pequena proporção, os pagantes de uma pequena parte do custo continuarão sendo subsidiados pelo público, mas vão ter o direito de ver a Universidade como uma forma de investimento, sem compromisso social, sem finalidade nacional. Seria o mesmo que fazer com que os filhos de ricos paguem os custos de oficiais e sargentos na Escola Militar.

O que ocorre hoje no Brasil é parecido com o que ocorre na transição de regimes de apartheid para a democracia. Ao não poderem impedir os negros de entrarem na Universidade, passam a cobrar mensalidades. Os brancos continuam subsidiados, mas os negros, mais pobres, ficarão impedidos de nelas ingressarem. O problema é ainda mais grave, porque não se trata apenas de deixar que os pobres cheguem à Universidade e a utilizem como escada social, para se tornarem classe média e esquecerem os problemas do povo, tanto quanto os filhos dos ricos.

A transformação da Universidade como uma fábrica do saber para a construção da beleza, da verdade, da justiça, da soberania, exige quebrar sua prisão ao mercado atual, amarrado a uma sociedade incompetente, dependente, consumista, arcaicamente moderna. Isto não é possível se ela continuar sendo vista como uma escada social, como uma bolsa de valores capaz de fazer o papel-calouro subir de cotação na medida em que se transforma no papel-diploma.

NOTA: O professor Cristovam Buarque publicou recentemente os livros: "A Desordem do Progresso — O Fim da Era dos Economistas e a Construção do Futuro" e "O Colapso da Modernidade Brasileira e uma Proposta Alternativa", ambos pela Editora Paz e Terra.

1) Isto é característico de qualquer área de ciência, mais visível quando se observa a matemática em seu papel de base tecnológica, mas também de geradora de beleza da linguagem que representa. Sobre isto ver o livro de H. E. Huntley, "A Divina Proporção — Um Ensaio sobre a Beleza na Matemática". Ed. Universidade de Brasília, 1985.

2) Ver sobre o assunto o primeiro capítulo "A Necessidade da Ética", no livro "A Desordem do Progresso: O Fim da Era dos Economistas e a Construção do Futuro", do autor desta conferência, publicado em Setembro de 1990 pela Editora Paz e Terra.

3) Para um entendimento correto e sem preconceitos, é necessário ir aos textos originais de Aristóteles. Ver por exemplo o texto "Ética — A Natureza da Felicidade Humana" — transcrito em Norman F. Cantor & Peter L. Klein, "Ancient Thought — Plato & Aristotle", Blaisdell Publishing Co., Waltham/Mass., 1969.

A ATIVIDADE PÚBLICA E A PRIVADA



VICT

RAUL DORFMAN*

Uma discussão que é mundial e praticamente eterna na disputa pelo poder entre os homens (e as mulheres também), diz respeito à coisa pública, a *res pública*.

Gregos, romanos, egípcios, maias e o povo eleito por Deus tem lá seus códigos milenares. Assim que não é nenhum rasgo de modernidade ficar aí insistindo nesta discussão. Muito antes pelo contrário, como dizem as velhas comadres... Só que, parte da mídia, auto-denominada de competente, democrática, desinteressada e imparcial, jogou-se na reabertura da moralização da coisa pública ("Let me try again", não é Frank?).

E como as Universidades Federais são públicas, estes modernos Cruzados (não confundi-los com nossa desmoralizada, claudicante e desvalorizada ex-moeda. Nem com uma nova reforma cambial), pois como ia dizendo, eles gostariam de pôr a coisa pública na privada.

Isto não está me cheirando bem...

Mas, onde tem fumaça tem fogo. Quem sabe se a COMÍDIA (competente, democrática, blá, blá, blá mídia) não tem lá alguma razão?

Nosso espírito científico fica desperto, totalmente selvagem quando somos defrontados com desafios desta ordem. Não é à toa que somos a vanguarda, pois pensamos, pesquisamos e concluímos. Pois mãos à obra. Examinemos os prós e contras, comparemos a coisa pública com a privada.

— Miséria: é coisa pública. Pois 80% da Braspop ganha menos de 5 salários mínimos, não é Miss Zélia?

— Riqueza: é coisa privada. A conclusão é óbvia como antítese da argumentação anterior;

— Fome: é coisa pública. 55% da população a tem como hábito diário, 90% como sazonal. E as madames, para manter a linha;

— Aparelho de Som: coisa mista. É

de uso privado, mas é utilizado para debate público (apud Fernando);

— Propriedade: é privada. Só minorias privilegiadas (as tais Elites de quem se fala tanto) possuem palácios...

— Ministério da Economia: é coisa pública. Preciso argumentar?

O fato é que muitas linhas de argumentação, ditas "sérias", usam outras facetas do problema e concluem que a atividade privada é o bom, sendo a pública um estorvo para o desenvolvimento da Nação.

Aceito o argumento de "é na privada que eu vou me dar bem", deveríamos imediatamente sub-locar o Palácio do Planalto para um belo shopping-center, reservando a rampa para uma incre-

* Professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas/UFRGS.

mentada pista de skate. Privatizar o Banco Central, dando preferência nos Certificados de Privatização para pessoas de sotaque estranho ou firmas com nomes complicados e grafia desconhecida nas nossas máquinas caboclas de escrita.

Ou fazer um contrato de *leasing* dos nossos tanques, aviões e navios do Loyd para a Disneylândia ou para o Lawrence das Arábias (podem optar entre o Saddam, o Bush ou o Shamir). Tudo em nome do progresso e da modernidade. Sim, porque progresso com sotaque carioca é coisa para enredo de escola de samba.

E não me venham com o papo que eu estou a serviço do ouro de Moscou: esta não cola mais. Nem me peçam para ter moderação nesta tal de privatização. É tudo ou nada. Como diz o outro, é privatizar ou privatizar. Tudo na privada, minha gente!

Muita gente boa não se deu conta ainda de como a atividade, a iniciativa, a propriedade, enfim a privada é importante, higiênica, salutar e, naturalmente, uma coisa privada. Sim, porque não é possível socializar a privada. A privada é contra a socialização, o coletivo. Isto é coisa do Trensurb. Outra vez a ciência de ve se render à cultura popular: “Vox populi, vox Dei”. Vejam que pobre não tem nem sua casinha, mas a Elite possui mais de uma privada. Isto se tornou uma questão fechada, “a closed question”, na língua da matriz.

Mas sendo este um assunto mais para escatologias e porta-vozes, volto a deter-me nas questões universitárias, no confronto entre as públicas e as privadas, dando ênfase às públicas, deixando as privadas a quem de direito e necessidade premente. Um dos pontos mais controversos nas questões de eficiência diz respeito às relações discente/docente. Os modernos tayloristas e Shoemakers dizem que somos pouco eficientes, pouco produtivos. Segundo certas fontes (ZH, CP, Relatório Hite, Masters & Jonson), uma boa relação seria na ordem de 15/1. Parece que as brasileiras, apesar da fama e da propaganda, não conseguem 8/1, sendo que algumas nordestinas não chegam nem a 4/1!

É realmente baixa a performance destas nordestinas. Agora pensando

bem, não lhes parece exagero este valor de 15/1? Qualquer iniciado deve saber que não é só a prática que conta nestas relações. Aí também devem estar computados o trabalho de pesquisa, de experimentação, de extensão, de aprendizado em seus vários graus. E não esquecendo o tempo de preparação: na nossa unidade, é comum utilizarmos 2 horas de preparação para uma de contato direto. Me é difícil imaginar que no tempo que dispomos na nossa jornada de labuta, se possa chegar a 15/1. Deve estar havendo qualquer maracutaia nessa relação...

Falando em relação, não devemos nos esquecer que o modelo das universidades brasileiras foi a universidade francesa do período napoleônico: uma universidade voltada exclusivamente para o ensino. E isto se iniciou com a vinda de D. João VI: este tipo de educação, como monopólio do estado, visava a formação de quadros técnicos e administrativos, não tinha nenhuma preocupação com a pesquisa e a extensão e prosseguia a política educacional dos jesuítas: atender os interesses da Elite e manter a ideologia dominante. Qualquer coincidência com as atuais campanhas de moralização e modernização de nossa Universidade Pública não é então mera coincidência. Mas isto não é suficiente para explicar as galinhagens de certas relações professor/aluno, tampouco patê de *foie-gras*, e a sessão da meia-noite do Cine ABC...

Voltando às relações, se o português nos deu a bacalhoadada e a piada do cujo, o francês, além de Napoleão, modelo ímpar de certos dignatários que por aqui abundam, deu a este mesmo povo o croquete; o indiano lhes forneceu o pepino, e o alemão, a salsicha. Diziam as velhas titias que o peixe se pega pela boca. Assim, nós já sabemos onde esta gente vai enfiar tudo isto.

Comer, relações, pepino, coisa privada, não sei por que isto me remete a Adão e Eva. Um psiquiatra desempregado tentaria saber o conteúdo desta estrutura aleatória. Se eu tentasse achar as palavras-chave deste texto, e as colocasse aleatoriamente em colunas, talvez ajudasse meu caro psiquiatra. Sendo Deus brasileiro, tenho certeza de que ele guiará minha mão na construção de algo criativo e de valor acadêmico. Mas eu peço a

ajuda do culto leitor: como no vestibular super-culto que você fez um dia, numere a segunda coluna de acordo com a primeira. Mãos à obra...

- | | |
|---------------|------------------|
| (1) Comer | () Eva |
| (2) Adão | () Croquete |
| (3) Privada | () Cobra |
| (4) Maça | () Relações |
| (5) Pepino | () Pelotense |
| (6) Dirigente | () Napoleão |
| (7) Comédia | () Modernização |

(A resposta está no final do texto. Dê uma chegadinha lá, alivie-se e volte a beber desta fonte de erudição e lazer).

Muito bem. Se você somou sete pontos, você é um gênio e pode ser um professor titular, com o nosso fantástico salário mensal, que lhe dará direito a um veraneio completo de fim-de-semana na praia da Murissóca, a três quilômetros de Quintão. Uma vez a cada dois anos. Maravilha, ser funcionário público.

Se você fez entre seis e dois pontos, você não é grande coisa. O máximo é ser dono de supermercado ou presidente do Corinthians. Menos de dois pontos, só lhe resta ser dono de banco ou alto dirigente político. O mais alto possível.

Mas por trás de todo este papo de modernização, de coisa pública ou privada, encontramos mesmo é um discurso de tom nostálgico. Nostalgia esta que vem da lembrança de quando a burguesia era mesmo uma classe revolucionária, que destronou a realeza e arrancou dos céus o poder do clero. O século XX acaba como uma ópera bufa, onde o palhaço dá risadas da platéia. Só que não há mais aplausos, mas guerra química, recessão e fome. Já não se acredita mais no Arlequim, a Colombina perdeu o seu charme e o tigre não foi morto com uma só bala.

Pública ou privada: seria cômica se não fosse trágica esta comparação. ■

Resposta do teste: 1 = 1; 2 = 2; 3 = 3; 4 = 4; 5 = 5; 6 = 6; 7 = 7...

JOÃO GILBERTO



Raquel Ritter Longhi

O professor João Gilberto Lucas Coelho recebeu o **ADverso** para esta entrevista em janeiro último, enquanto vice-governador eleito do Estado. Posteriormente, foi designado para a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo. Formado em Direito, João Gilberto, natural de Quaraí, começou sua

carreira política como vereador em sua cidade adotiva, Santa Maria. Foi eleito deputado Federal, passando a atuar em Brasília, onde dirigiu o Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte, na Universidade de Brasília. Passaria pela UnB, ainda, como professor visitante no Departamento de

Ciências Políticas e Relações Internacionais. Também em Brasília, foi o primeiro presidente da Fundação Pedroso Horta de Estudos Econômicos e Sociais, e participou do nascimento do PMDB. Atualmente no PSDB, tem feito publicações e participado de inúmeros debates e discussões na área de ciência política.

Participaram desta entrevista, membros da Comissão Editorial do ADverso, professores Raul Dorfman e Joacir Medeiros, este último também membro da Diretoria da ADUFRGS; o pesquisador Lívio Amaral, professor do Instituto de Física da UFRGS, e a jornalista Raquel Ritter Longhi.

RAQUEL — Como o senhor vê a ameaça de privatização da Universidade Pública, acusada de inflacionária pelo governo Collor?

JOÃO GILBERTO — Em todo o mundo, a Universidade Pública é o modelo predominante, independentemente da divisão entre liberais e socialistas. A Universidade Pública foi uma realidade até mais adiante das ideologias. Aqui no Brasil, está se ideologizando falsamente esta discussão. Os liberais brasileiros defendem, às vezes, o ensino pago até para o primeiro grau. Eu já citei várias discussões que a bandeira do ensino público e

sam concorrer em igualdade de condições com os que frequentam cursinhos. Isso é uma solução paliativa, porque não vai à raiz do problema, que é a perda de qualidade do ensino do segundo grau, mas é uma medida necessária, já que o problema existe. A Universidade Pública está dando uma resposta.

RAUL — O futuro Governo do Estado tem algum projeto neste sentido, junto aos CIEPs? E existem outras universidades com cursos preparatórios? Quais?

JOÃO GILBERTO — A USP tem uma experiência neste sentido com as escolas públicas da periferia de São Paulo, mas há outras no Nordeste, por exemplo. Antes de passar para a segunda parte, gostaria de colocar ainda mais uma coisa sobre a Universidade. Tenho participado de alguns debates, onde vejo uma certa radicalização. Já ouvi professores universitá-



Raquel Ritter Longhi

Da esq. p/ a direita: Raul Dorfman, Joacir Medeiros e Lívio Amaral.

gratuito foi levantada pela Revolução Francesa e por todos os grandes pensadores liberais, antes mesmo dos socialistas. Por aqui parece que se distingue como socializante o ensino público e liberalizante o ensino pago. Isto não tem nenhum par doutrinário na vertente das idéias. Creio que é falsa essa discussão de tornar o ensino pago, de que a Universidade Pública educa apenas pessoas procedentes das classes mais privilegiadas. Acho sim, que a Universidade Pública tem que fazer uma revisão nesse sentido. Assistio hoje ao esforço das nossas universidades no sentido de democratizar seu acesso. Democratizar sem prejudicar sua qualidade, por exemplo, diante do fracasso do ensino de segundo grau dos estados, que esperamos reverter. Algumas universidades estão fazendo cursos gratuitos de preparação para o vestibular para os filhos de trabalhadores, alunos de escolas públicas, a fim de que eles pos-

rios recusando a idéia de que a Universidade Pública possa receber recursos de outras fontes, fazer convênio com empresas, ou até mesmo produzir de forma remunerada. Penso que aí há um erro. Hoje, pelas informações de que dispomos, a UNICAMP — uma das boas universidades do País — tem no seu orçamento mais de 50% de recursos providos de outras fontes que não os destinados por lei. A UnB tem uma editora e vende livros, produz uma boa linha deles e até os editores privados sentem a concorrência. Não acho isso errado. A Universidade está muito grande, muito pesa-

da para a sociedade como um todo, e precisamos encontrar fontes alternativas de financiamento, desde que elas não comprometam sua qualidade e finalidade, que são o ensino, a pesquisa e a extensão. Que não a torne mera prestadora de serviços paralelos, que nada têm a ver com a nossa função. Quanto ao programa de educação do novo Governo, é um programa de impacto, que deverá causar um choque na sociedade gaúcha. Será bastante polêmico, inclusive, e isto é bastante saudável. Entre as polêmicas, sem dúvida a mais forte será a ocupação das salas de aula doze meses por ano, através da compatibilização de três grupos de alunos, revezando época de aulas e de férias, de tal maneira que se aumente em um terço a capacidade anual de absorção de alunos. Há ainda a preocupação com a qualidade e o grande projeto dos CIEPs: uma mudança pedagógica. Vejo sua implantação e médio prazo, o que não resolverá imediatamente os problemas. Isto porque a criança deve entrar no CIEP na primeira série, para ser educada dentro de uma nova pedagogia. Não podemos colocar uma criança da sétima série num CIEP, porque ela está numa determinada pedagogia e cairá noutra completamente diferente. É natural que o CIEP vá produzir essa mudança qualitativa daqui, digamos, seis ou oito anos, quando tivermos as primeiras turmas do primeiro grau formando-se. Tomaremos algumas medidas também quanto ao segundo grau, mas vamos começar a mexer mais profundamente com o primeiro grau, apostando numa nova geração de alunos.

**‘Com os CIEPs,
apostamos numa nova
geração de alunos.’**

RAQUEL — O que muda com a nova pedagogia proposta pelo Governo, por exemplo, na formação de professores?

JOÃO GILBERTO — Sem dúvida que haverá um momento crítico de ajuste, porque o CIEP é uma escola com métodos educacionais novos, mais completos e de tempo integral — oito horas diárias, como a Constituição de alguns estados já estabelece. No nosso estado, já temos experiências de prefeitos de diferentes partidos fazendo escolas de tempo integral, especialmente na área rural, o que até facilita o transporte. Quanto à formação de professores, o assunto já está em pauta no relacionamento do Governo do Estado com a Universidade. O Estado deverá cooperar com as universidades com um programa de formação dos professores.

LÍVIO — Uma espécie de reciclagem...

JOÃO GILBERTO — Não gosto desse termo “reciclar”, pois tem origem no regime autoritário. Mas, sem dúvida, nós discutimos com os professores, como o Estado, através de bolsas e de outros trabalhos conjuntos com a Universidade, vai colocar dentro dela os seus professores que não têm formação de terceiro grau, para obter esta formação; e ao mesmo tempo, como as universidades vão nos ajudar neste trabalho de atualização.

JOACIR — Qual a política do futuro governo em relação a Universidade Estadual?

JOÃO GILBERTO — Sou o vice-governador, creio que o governador é quem deveria falar sobre isso. Nesse assunto nós tivemos algumas discussões divergentes, até chegarmos a opiniões em comum. São Paulo, Santa Catarina e Paraná fizeram seu desenvolvimento na base de universidades estaduais. Assim, trata-se de uma idéia que facilmente encanta um administrador. Pedro Simon, em 82, era encantado por essa idéia. Quatro anos depois, foi governador e terminou não a implantando. O governador Collares tem uma certa sensibilidade à Universidade estadual e, a nível de discussão coletiva de governo, temos colocado que o desenvolvimento do Rio Grande do Sul se faz de diferentes for-

**‘Universidade Estadual
é uma idéia que
facilmente encanta
um administrador.’**

mas. Na verdade, a Universidade Federal (a própria UFRGS já foi Estadual) e algumas do interior, partiram de iniciativas comunitárias, depois encampadas pelo governo Federal e transformadas em universidades, agregando vários institutos, etc. As próprias universidades comunitárias do interior tiveram origem assim. O Rio Grande do Sul apresenta uma distribuição geográfica das universidades bastante equilibrada. São doze, que devem chegar a quinze brevemente. Elas deverão cobrir todo o território do Estado. Creio que uma nova universidade não é prioridade. Uma Universidade Estadual que encampasse todas as comunitárias e particulares que estivessem aí, seria uma universidade babilônica e multi-campi. Elevaria o orçamento do Estado, ou pelo menos o da educação, num Estado com desafios muito fortes no primeiro e segundo graus. Nossa posição, que não é definitiva, é a seguinte: a Universidade Estadual é interessante, mas não pode ser prioritária. Não neste momento. Acredito, entretanto, que temos que construir uma participação mais efetiva do Estado no terceiro grau, via seu vínculo com as universidades públicas e comunitárias. O Estado hoje tem várias instituições que se poderiam chamar “de ensino superior”, embora não de ensino superior regular. Temos uma Escola de Saúde Pública, que no novo Governo deverá ser bastante agilizada, através de um convênio com a própria UFRGS. Temos ainda a Escola de Administração Pública, a Escola de Magistratura, a Escola do Ministério Público, a Escola Superior de Polícia, e tantas outras. Todas essas instituições são cursos não-regulares de formação de mão-de-obra de nível superior. Trabalhando com as Universidades, nós poderíamos dar conteúdo mais regular a estes cursos. O Ministério Público, por

exemplo, pode ser transformado e aprofundado, como um tipo de mestrado. O mesmo procedimento se aplicaria às outras escolas existentes.

LÍVIO — Quando se comparam cursos de universidades, se comparam coisas desiguais. A Universidade Pública, que forma desde professores na área básica, até engenheiros, que atingem altos graus de formação, é comparada com outros cursos, em universidades que, todos sabemos, são meras fornecedoras de diplomas. O “público”, aí é muito pouco explicitado. Como o Governo se posiciona nessa questão?

JOÃO GILBERTO — O Governo terá uma posição política, porque ele não tem nenhuma interferência neste caso. Mas uma posição em defesa da Universidade Pública, este patrimônio acumulado. Outro exemplo de distorção: Computa-se um número de alunos por funcionários de uma escola que mantenha um hospital que na verdade é um hospital regional: a Universidade Federal de Santa Maria, por exemplo. A Universidade presta, na verdade, o principal serviço de saúde de uma região, e os funcionários são computados como se fosse relação aluno-funcionário, a tal ponto que, havendo os recursos para ampliar o hospital, dá-se uma discussão política, de que a relação funcionário-aluno vai cair ainda mais. Isso é típico dessas distorções que se dão nas discussões. O que não quer dizer que a Universidade não faça a sua auto-crítica, ou que a comunidade exterior à Universidade Pública não tenha o direito de fiscalizá-la realmente. Precisamos agilizar estes mecanismos de avaliação e de controle da sociedade sobre as universidades públicas, porque esta é a forma da sociedade amá-la e não despezá-la.

RAUL — No ano passado, a FIERGS reuniu vários peritos para fazer um diagnóstico do Rio Grande do Sul, porque ele estava “desabando”. Este documento foi remetido aos então candidatos ao Governo do Estado. A equipe do novo Governo tem conhecimento dele?



Raquel Ritter Longhi

JOÃO GILBERTO — Sim. Eu o estudei. A respeito do assunto, fiz uma reunião de documentos dos últimos anos para uma análise mais macro do Estado. Outro exemplo é o documento Saiad, com algumas boas propostas e idéias que têm quase unanimidade. Pessoalmente, tenho algumas grandes divergências com estes relatórios. Eles partem, em geral, da visão de que o Estado não consegue ser eficiente. Discordo. Há estados eficientes e estados ineficientes, é óbvio. Dizer que o Estado não consegue ser eficiente é uma generalização tão perigosa quanto outra que dominou muito o Brasil, e que não tem amparo em nenhuma corrente ideológica: a de que o Estado não tem limite nos seus fundos. Se criou uma cultura no Brasil relativa a isso. Parece que os recursos do Estado não são finitos. Isso é um grande erro. Os recursos são mensuráveis, são quantidades finitas, conhecidas. É questão de se trabalhar com elas. Em toda essa discussão da privatização, da desmontagem, com tantos erros que aconteceram, restou uma herança boa que é a consciência de que os recursos do Estado são finitos. Quer dizer que temos que terminar com essa cultura de que nós podemos aumentar ilimitadamente o número de trabalhadores em qualquer área pública, aumentar ilimitadamente os salários e os investimentos. Esse pensamento só teve possibilida-

de de aplicação quando vinha dinheiro fácil do exterior, e isso acabou resultando no endividamento externo. Tenho uma noção clara de que esse debate está provocando muita coisa errada no país. As duas últimas administrações federais, por exemplo, só souberam desmontar e não montaram nada.

LÍVIO — Qual a estratégia do Governo com relação à Ciência e Tecnologia (C & T), via FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul), com projetos de pesquisa a nível das nossas universidades?

JOÃO GILBERTO — Um dos maiores avanços que conseguimos nos últimos tempos na área de C & T foi o fato de vários estados, inclusive o Rio Grande do Sul, terem constitucionalmente garantido um percentual para C & T. Creio que, a curto prazo, motivaremos os municípios a terem a mesma linha, especialmente os mais desenvolvidos. A nível de estados e municípios, devemos ter, com a comunidade científica e com todos os centros de pesquisa, um certo entendimento, para selecionarmos pontos prioritários para o investimento, especialmente o tecnológico. Lembro que a Constituição Federal define muito bem a pesquisa científica e a pesquisa tecnológica, ligando esta última às necessidades da população. Acredito que uma parte desses recursos

poderia ser destinada de forma diferente. Por exemplo, para o chamado atendimento “de balcão”, que consiste no seguinte: um pesquisador se inscreve com um projeto de pesquisa, num assunto que ele próprio decidiu, e recebe ou não financiamento do CNPq, bolsa, etc. Poderia haver um percentual para o qual fosse chamado, até por edital. O Estado concederia a bolsa a partir do seu interesse em pesquisa na área inscrita pelo pesquisador. Isso, além de cumprir o que estabelece a Constituição, daria uma base social maior aos investimentos em C & T. E nós temos muitos problemas emergenciais, aos quais teríamos que destinar recursos, como por exemplo, na área da agricultura, com produtos que estão geneticamente esgotados; na área da educação, que necessita de muitos trabalhos. E temos grandes desafios, por exemplo, na área energética, da utilização do carvão, da utilização das fontes alternativas.

LÍVIO — Esse atendimento “de balcão”, tanto a nível federal como a nível estadual, se faz razoavelmente bem. Agora, cabe ao Estado um papel indutor, e esta é uma questão política. Nesse modo de operação, o Estado tem pouca experiência. Se o Estado define uma

‘O Estado poderia dar uma base social maior aos investimentos em C & T.’

questão prioritária, mas não há experiência e nem conhecimento acumulado, como se faria isso?

JOÃO GILBERTO — O teu temor seria que se inscrevesse um projeto de baixa capacidade técnica, por exemplo, que houvesse um “aventureirismo” em cima da indução do Estado. Mas isso seria tal-

vez resolvido mantendo-se os comitês. Ou seja, o Estado sinaliza, abre inscrições e os próprios comitês avaliam os trabalhos. A decisão política é destinar mais recursos para esta área. E a decisão científica seria a avaliação séria dos projetos que se inscrevessem na área. E se não houver projeto que tenha credibilidade científica, o próprio comitê retornaria.

LÍVIO — Ai inverte-se a opção política: politicamente, é importante fazer isto, mas não é possível a nível de capacitação, de experiência acumulada. Isso gera um conflito.

JOÃO GILBERTO — Eu diria que o Governo não está impedido de financiar um estudo por outros recursos, por exemplo. O que a comunidade científica pretende, na minha visão, é proteger o recurso de 1,5%. E a proteção significa a avaliação científica das propostas. Quanto a isso, acredito que não haja nenhum problema para o Estado garantir politicamente. O Estado não pretende estimular qualquer protecionismo ou queda de qualidade no estímulo à pesquisa. Outro aspecto que me parece polêmico é que nesse direcionamento dos recursos orçamentários do Estado, deve-se ter atenção à regionalização. As pesquisas sobre o carvão, por exemplo, foram feitas durante muito tempo pela UFRGS, pela Universidade de Caxias, e mais recentemente pela Universidade de Bagé, que é de uma região carbonífera. Mas antes dela, outras atuaram. Em outra palavra: a pesquisa do carvão não está condicionada a ser feita especificamente pela Universidade de Bagé. O Estado pode direcionar recursos a uma pesquisa de tecnologia na área do carvão, ao qual concorrerão naturalmente, pesquisadores de todas as universidades e centros de pesquisa. A discussão — e eu tenho participado de muitas — se torna ainda mais interessante, pois recebemos ponderações, até de reitores e também da comunidade científica, sobre a questão dos recursos de C & T e a implantação de pólos de desenvolvimento regionais. É claro que os recursos de C & T não são recursos para comprar casa, contratar pessoal, etc. Is-

to é até impedido legalmente, o que acho muito bom. Um projeto de desenvolvimento regional pode ter componentes que sejam financiados dentro desse fundo, desde que atendendo às características de C & T. Por exemplo, pretende-se desenvolver uma pesquisa sobre aspectos genéticos da implantação de uma cultura em uma determinada região. Se algum pesquisador apresentar projeto e ele passar pelo respectivo comitê, isso faz parte do projeto de desenvolvimento daquela região, mas é também um trabalho de C & T.

LÍVIO — Existem, nas universidades e principalmente em outros centros de pesquisa, alguns grandes projetos nos quais certamente a participação do Estado seria uma contra-partida pequena frente a recursos provenientes seja das agências do Governo Federal, seja de organismos

‘O Estado não pretende estimular qualquer protecionismo ou queda de qualidade no estímulo à pesquisa.’

internacionais de apoio à pesquisa. Parece-me que o Estado tem um papel muito forte nessa articulação. Pergunto se essa questão tem sido levantada ou estudada no programa do próximo Governo.

JOÃO GILBERTO — Em primeiro lugar, uma observação. Creio que a pergunta deveria ser feita ao futuro secretário. (O vice-governador, com um sorriso, enche um mate. Sorriso que hoje entendemos). Na verdade, estou respondendo aqui sobre várias áreas e deve-se levar em conta que misturo opiniões pessoais com aquelas que tenho conhecimento de que são governamentais. Nem sempre elas

vão coincidir, o que é natural da democracia e da pluralidade. Sobre esta questão dos grandes projetos na área de C & T, temos adotado alguns passos práticos. A colocação do papel articulador do Estado é muito importante e significativa. Isso tem sido reivindicado não só pela comunidade científica, como também pelos reitores das universidades. Pessoalmente tenho o sonho, para citar um grande projeto, de que com alguma participação do Estado, longe de ser o carro-chefe, nós, ao final do Governo, possamos já ter no Rio Grande um super-computador e uma rede estadual de informática, pelo menos em boa fase de implementação. É claro que o Estado terá um papel limitado nisso, mas sem dúvida, terá participação.

RAUL — Na tua opinião, a Constituição é inflacionária?

JOÃO GILBERTO — Não. A Constituição não é inflacionária. Há dispositivos com os quais não concordo, como qualquer um de nós pode discordar. Mas ela era o bode expiatório necessário para o Governo, posição ocupada agora pela crise do Oriente Médio. O Governo esconde o fracasso de seu programa econômico com esses jogos de cena, e se meteu, de forma muito atrapalhada, numa discussão que era saudável: se deveria revisar a Constituição em 93, como está previsto, ou em 92, para ser mais calma, mais tranqüila, quando de repente entra um Presidente da República desarmando tudo, atropelando, querendo a revisão para este ano e desorganiza tudo isso. Outra coisa é o chamado “pacto social”. Por que morreu o “pacto social”? Não foi por falta de entendimento entre trabalhadores e empresários. Eles até produziram, bem ou mal, uma série de pontos. O que fez o Governo? não aceitou nenhum dos pontos e deu um recado mais ou menos assim: transformem-se em um grupo de pressão dentro do Congresso, para modificar a Constituição. Sendo assim, para que as pessoas vão se reunir? Elas se sentiram manobradas, usadas. O governo desprezou o caminho de enten-

dimento dado pelas partes envolvidas no conflito econômico e social. Os partidos de oposição têm que se balizar por dois pontos importantes. O primeiro é a coerência com sua posição oposicionista. Isto é, de fazer governo e terem relações políticas numa perspectiva de oposição democrática. O segundo ponto, são as relações institucionais entre União e Estado. Devemos nos relacionar com a União enquanto Estado do Rio Grande do Sul, e não como governador Collares e presidente Collor.

**‘ A Constituição era o
bode expiatório do
Governo na questão
da inflação ’**

RAUL — O que o Governo do Estado espera dos professores das universidades? Vocês poderiam fazer um chamamento geral, eventualmente?

JOÃO GILBERTO — Uma assembléia geral?

RAUL — Algo assim...

JOÃO GILBERTO — É claro que nós também temos que ter uma articulação institucional com o ente chamado Universidade, que se representa pelos reitores, que têm inclusive um fórum. Aliás, pretendíamos convidar os reitores e fomos surpreendidos porque eles se anteciparam e nos convidaram para um encontro. Seguidamente acontece de nos reunirmos com o conjunto das universidades, principalmente no interior, quando comparecem, além do reitor, as associações de docentes, funcionários e os diretórios de estudantes, enfim, a comunidade como um todo. É claro que numa ins-

tituição tão grande como a UFRGS isso é mais difícil de acontecer, mas cuidaremos de manter essa linha de diálogo e estamos, inclusive, às ordens para reuniões que possam acontecer, e isso nas várias áreas, tanto de educação, como da Ciência e da Tecnologia.

**‘ O Governo desprezou
o caminho do
entendimento
proposto pelo pacto
social ’**

SCHOENBERG E O EXPRESSIONISMO

LÉA KIEFER *

Se olharmos para o passado, veremos que não existe uma brecha entre a arte e a vida. Mesmo sendo, à primeira vista, somente como um “jogo”, através deste o homem se revela, seja de maneira muito individualista ou muito dentro da “moda” de um tempo. Entretanto, os dois aspectos se interligam, assim como todos os fatores que intervêm na emergência de uma obra de arte.

Mesmo considerando a imponderabilidade da expressão artística, podemos definir aspectos da produção musical da primeira fase do Romantismo como sugerindo esperança e exaltando a força, o vigor. A “Sinfonia Heróica”, de Beethoven, só pelo título nos diz de sua intenção. Para “Fidélio”, por exemplo, Beethoven extrai o texto de um drama que tem como ponto central a Revolução Francesa.

Desespero, pessimismo, sonho e fantasia caracterizam a música que veio após 1848, ano das revoluções proletário-democráticas na Europa Ocidental, pois artistas se sentiam ludibriados. A burguesia, instalada no poder, esqueceu os ideais de igualdade que professava, quando ainda em luta contra a aristocracia, e se tornou fechada e conservadora. Mas queria ter acesso às manifestações culturais que até então eram privilégio das cortes.

Abrem-se, assim, teatros e salas de concerto. O virtuosismo desenvolve-se. Novos instrumentos são juntados às orquestras, pois aos muitos matizes precisava corresponder uma maior riqueza tímbrica. Era o pleno romantismo. Entretanto, quando este chega a limites extremos e penetra no novo século, desagrada o mesmo público que antes sofria com o artista e que com ele se evadia. Strauss, com sua “Electra” e sua “Salomé”, Mahler, com o “Canto da Terra”, Scriabine, com “Prometeu”, e Schoenberg, com “Pierrot Lunaire”, não foram compreendidos.

A corrente literária era realista (Gogol, Ibsen, Tchekov, Zola, Flaubert). Teriam alguns compositores aderido a esta corrente quando se voltaram para o folclórico e popular? Milhaud, Bartók, Ives, sem se preocuparem com o “bom gosto”, revelam em sua obra a proximidade com estes elementos. O realismo dá passos para o expressionismo e, em música, é Arnold Schoenberg que pode ser considerado como seu representante máximo. Schoenberg sabia que é quase impossível dizer algo que seja essencialmente diferente do que o anteriormente dito sem mudar a maneira de dizer, pois os aspectos técnicos de uma obra de arte não podem ser dissociados de sua expressão. O que mudou com Schoenberg, do qual outros expressionistas foram discípulos? Pode-se dizer que com ele o sistema atinge sua total dissolução. Em os “Jardins Suspensos” acontece, segundo palavras dele mesmo, a “emancipação da dissonância”, que desde a Renascença só fora legitimada enquanto elementos dinâmicos dentro de um contexto tonal, ao qual deveria se referir. A modulação era um momento permitido, mas passageiro, a ser resolvido pelo retorno à modalidade. Não nos parece descabido o paralelo que pode ser feito entre a escala diatônica, base de uma ordem tonal hierárquica, onde a tríade ou acorde de três sons é o elemento de autoridade, estabilidade e sobretudo repouso e uma ordem social, em que todo o movimento é canalizado para servir aos propósitos desta mesma ordem.

Neste enfoque, o século XIX pode



Kirschner, 1912 — Reprodução.

ser visto como um século em que as “forças do movimento” desafiavam as “forças da ordem”. Talvez por isto, tenha sido o século onde a dissonância pode se expandir. Wagner, com seu cromatismo, ou seja, com as constantes mudanças de tonalidades em que a autoridade da tônica ou primeira nota da escala se diluía, prenunciava uma igualdade de sons.

De Richard Wagner ao Expressionismo, a música passa, na sua represen-

*Professora do Instituto de Artes/UFRGS.

tação simbólica, por entre o que parecia oposto, como, por exemplo, homem e natureza.

Schoenberg, em "Os Jardins Suspensos", deixa transparecer toda a exploração que faz do seu mundo interior, talvez pela liberdade que lhe advém do tratamento não hierárquico dos sons. Isso ocorre também em "Erwartung" (Expectativa), que é um psico-drama, e em "Pierrot Lunaire", obra cuja expressão tem força tal que sem dúvida pode ser inserida no Expressionismo. No Expressionismo se afirmam as verdades instintivas e o que até então tinha sido considerado perturbador na psique do homem. Mas o público se afastava.

Talvez a consciência muito clara do que pode representar para o homem a obediência a uma "ordem" que não mais é representativa, faz com que aquele que inova possa prosseguir, mesmo diante da indiferença e, muitas vezes, da hostilidade dos demais. Schoenberg, talvez por sua tradição, que era de minoria, e pelo que sofreu em sua própria pátria, assolada pelo nazismo, confrontava valores. Queria outra "ordem", e apontava para o futuro. Mesmo simbolicamente não lhe foi fácil, pois o sistema dodecafônico a que chega em 1923, em que se estabelece uma "democracia" absoluta de sons, foi elaborado para que, além de constituir meio de ligação dos novos elementos musicais, afastasse qualquer possibilidade de retorno ao sistema antigo.

Quando ainda em sua pátria, em 1910, Schoenberg escreve: "A arte é o grito de socorro dos que experimentam em si o destino dos homens".

ELYSEU PAGLIOLI

DR. NÉLSON PIRES FERREIRA*

Elyseu Paglioli nasceu na cidade de Caxias do Sul em 26 de dezembro de 1898, transferindo-se mais tarde para São Francisco de Paula, onde iniciou seus primeiros estudos. São Francisco foi uma cidade com a qual manteve um grande vínculo afetivo até seus últimos dias. Em 1914 foi para Porto Alegre onde, trabalhando em uma farmácia, preparou-se para os exames de seleção da Faculdade de Medicina, na qual ingressou em 1919. Durante o curso passou a demonstrar um grande interesse pelo ensino, tendo sido convidado para monitor da então Cátedra de Anatomia. No final do ano de 1923 graduou-se em Medicina, defendendo tese de doutoramento com o título "Relações do Ouído Médio com o Ápice do Rochedo". As estreitas relações que manteve com o Professor Sarmento Leite, patrono da Faculdade de Medicina, professor de Anatomia e então Diretor da Faculdade, propiciaram o início de uma longa e profícua carreira universitária.

Seu desejo de adquirir novos conhecimentos levou-o a dedicar-se a mais uma especialidade médica: a obstetrícia. Em 1925 realizou, nesta área de conhecimento, sua primeira Docência Livre, defendendo tese sobre "Estudo do Liquor Folicular e sua Ação sobre o Aparelho Genital Feminino". Sem abandonar sua atividade docente em obstetrícia, continuou trabalhando no Laboratório de Anatomia, do qual se tornou chefe. Sua vocação para estudos anômicos fez com que realizasse um segundo concurso universitário, na Cátedra de Anatomia. Em 1928 conquistou o título de Livre Docente em Anatomia, tendo apresentado a tese "Estudo sobre a Circulação Venosa dos Núcleos Pardos Centrais do Cérebro". Sua incessante busca por novos conteúdos persistia. Em 1937 obteve seu terceiro título universitário mediante Concurso para Livre Docente em Clínica Propedêutica Cirúrgica. Em 1938 alcançou a titularidade, em concurso de cátedra, nesse mesmo setor de conhecimento. Sua tese, nesta ocasião, foi a clássica monografia "Ventriculografia".

O momento médico permitia que um grande conhecedor de anatomia empregasse o termo "alta cirurgia" para designar uma especialidade que caracterizava uma grande sofisticação técnica. Dr. Elyseu o usava em seu receituário, indicando a sua diferenciação.

Em 1931 passou cerca de um ano na Europa, onde fez estágios em centros de cirurgia geral, dedicando a maior parte do tempo à sistematização de seus conhecimentos em patologia neurocirúrgica. Na França manteve contato com o Professor Thierry De Martel, em cujo serviço estagiou. Desde então apaixonou-se definitivamente pela neurocirurgia e, progressivamente, foi se afastando da cirurgia geral, centrando suas atividades na patologia cirúrgica do sistema nervoso. Conseguiu, com o seu prestígio, sensibilizar as autoridades a auxiliarem a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e logrou construir o Instituto de Neurocirurgia, inaugurado em 1946. Foi aí que, auxiliado

por dois eminentes médicos, o professor de oftalmologia Ivo Correa Meyer e o neurologista Frederico Ritter, definiu a especialidade em nosso meio e iniciou a formação de novos neuro-cirurgiões. Tendo sido um dos primeiros a exercer a especialidade como rotina, foi homenageado pela Sociedade Brasileira de Neurocirurgia com o título de Pioneiro da Neurocirurgia no Brasil.

Seu temperamento inquieto e criativo projetou-se além dos limites geográficos do país, aproximando-o de neurocirurgiões do Uruguai e da Argentina, através de encontros repetidos que constituíram o embrião dos Congressos Latino-Americanos de Neurocirurgia, os quais se iniciaram em 1945 sob a presidência de Alejandro Schroeder, de Montevideo. Em 1951 realizou, em Porto Alegre, sob sua presidência, o IV Congresso Latino-Americano de Neurocirurgia. Sua atividade criadora levou-o a participar dos encontros preliminares que geraram a atual Federação Mundial de Sociedades de Neurocirurgia (World Federation of Neurocirurgical Societies) da qual participou como membro de comissões organizadoras. O intenso intercâmbio permitiu que granjeasse estima em diversos países latino-americanos, tornando-se membro honorário das universidades nacionais da Argentina e do Chile, e da Academia nacional de Medicina de Medellín, na Colômbia. Em 1969 tornou-se membro da Harvey Cushing Society, a mais importante dos EUA.

No Brasil, participou da fundação da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia, da Academia Brasileira de Neurologia e da Academia Brasileira de Neurocirurgia. Da primeira, por duas vezes, presidiu seus congressos bi-anuais.

Sua intensa atividade cirúrgica, sua hábil capacidade aglutinadora e seu temperamento afetivo fizeram com que congregasse, por vários anos, um numeroso grupo de neurocirurgiões sobre os quais mantinha uma liderança incontestante.

Talvez a neurocirurgia e a medicina fossem insuficientes para preencher a sua exuberante capacidade de trabalho. Em 1951 tornou-se Prefeito de Porto Alegre. No ano seguinte foi chamado para atender os problemas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde atingiu o cargo de Reitor. Nos seus doze anos de reitorado, construiu a maioria dos prédios onde ainda hoje se aloja a Universidade, dando-lhe uma forma física. Sua obra está documentada no livro "Universidade do Rio Grande do Sul — Uma Fase em sua História". Neste período, sua atividade acadêmica só foi interrompida durante o tempo em que ocupou o Ministério da Saúde do governo parlamentarista.

Difícil é caracterizar um homem com tantas facetas. Seria necessário contar muitas histórias dos seus múltiplos amores: a neurocirurgia, a medicina, a Universidade, a família, os amigos, as caçadas. Mas fica a lembrança do seu talvez maior amor: o amor pelo viver.

*Neurocirurgião, graduado pela UFRGS em 1960 e professor da Faculdade de Medicina/UFRGS.

O PROCESSO NEOLIBERAL

TARSO GENRO*

A abordagem do projeto neoliberal em nosso país tem sido feita de uma forma profundamente equivocada pela crítica política de esquerda, como se apenas o governo Collor e sua base de apoio, independentemente das posições que são hegemônicas nas "elites" empresariais, propusessem a saída neoliberal para a crise de legitimidade do Estado e para a crise econômica que lhe é subjacente.

Na verdade, a hegemonia neoliberal em escala mundial, reproduz-se nos países dependentes através de projetos políticos e de compromissos de diferentes graus com a própria democracia representativa. Afinal, Pinochet realizou uma

* Advogado e vice-prefeito de Porto Alegre.



ditadura neoliberal: um modelo econômico semelhante ao que a tecnocracia de Collor pretende implantar no país.

O projeto neoliberal, em termos universais, significa a extinção do Estado de “bem-estar”, cuja matriz são as grandes democracias européias. Significa o aprofundamento da livre concorrência a níveis absolutos; a redução dos investimentos de caráter social pelo Estado; e a sua “retirada” das atividades estratégicas que poderiam sustentar um projeto, mesmo dentro do capitalismo e do processo de acumulação que lhe é inerente, que proporcionasse concomitantemente ao crescimento econômico uma melhor distribuição da renda nacional.

A base teórica desta visão está no velho liberalismo de Adam Smith, agora como reação pós-keinesiana à falência do socialismo burocrático. Ela responde à necessidade de novas fronteiras de expansão do capital, “prejudicado” pelas amarras estatais e pelas políticas “paternalistas” de investimentos de natureza pública. Mas “a crise é o pulmão do capitalismo”, como dizia corretamente o velho Marx. Só que a qualidade do ar sugado pelo pulmão que o recupera não está definida simplesmente pelas “leis econômicas objetivas”. **A política o define.** O grau de perversidade da saída depende dos partidos, do grau de organização e politização das classes em confronto.

A visão do homem que sustenta as posições do neoliberalismo é o “axioma” materialista vulgar de que ele é um “ser da natureza”, nascido para concorrer, que não se move nem se pode mover através de imperativos de ordem ético-morais, contra o instinto egoístico de superação do outro. O seu sentimento de progresso está baseado no egoísmo e o próprio bem-estar da sociedade só pode ocorrer se todos exercitarem, como disputa, a sua ânsia de riqueza e de poder.

O Plano Collor é apenas **um dos projetos neoliberais no Brasil**, cuja forma de implementação desvinculada de uma base político-organizativa vem sofrendo abalos de certa gravidade, mas is-

so não significa que a totalidade da hegemonia neoliberal no país esteja comprometida com este “reco”.

Aqui vem uma pergunta decorrente: o projeto neoliberal para o país, só está representado pelo governo atual e pelo Plano Collor? Os grandes e médios partidos tradicionais, cuja base social orgânica encontra-se no meio empresarial (PMDB, PSDB, PFL, PDS) não são partidos que defendem, também, uma proposta neoliberal “adequando” o desenvolvimento ao ciclo de necessidades desenvolvidas pelo grande capital, em escala mundial?

Todos estes partidos têm uma linguagem comum e uma prática parlamentar tipicamente neoliberal, com poucas exceções nos seus principais grupos de decisão. E o “vírus” neoliberal também frequenta o PDT (aqui minoritariamente) através das posições de Cezar Maia, que tem se destacado como um ajudante do governo, não do país.

Mas, para que as questões colocadas sejam respondidas, não é necessário que se vá ao extremo de achar que um projeto diverso do neoliberalismo só pode ser aplicado pela via revolucionária. Para “escapar” do destino neoliberal seria necessário, porém, um projeto para o país, que “mediasse” as suas relações com o capital internacional, a partir de uma visão de desenvolvimento sustentado, com um programa de políticas públicas direcionado para os setenta por cento de miseráveis que se encontram em condições de subconsumo.

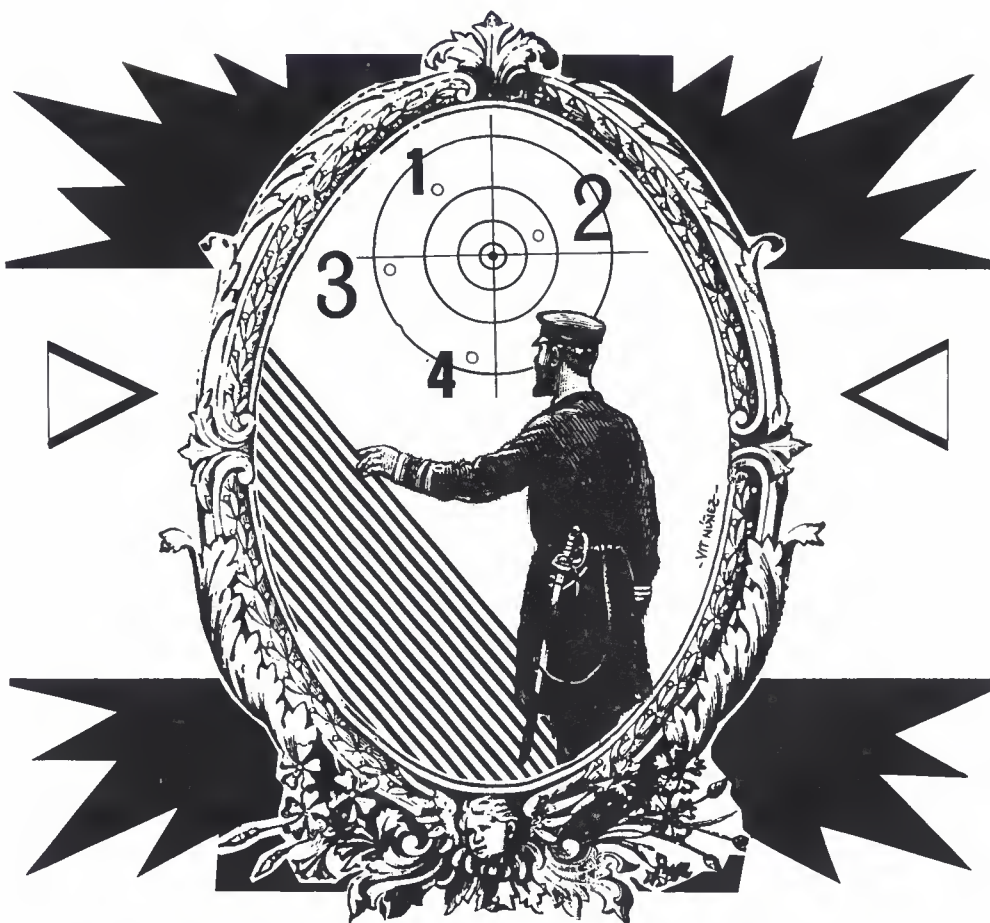
Tal alternativa, é evidente, só poderia partir de uma relação que intercalasse a negociação e a disputa com o capital financeiro, explorando as contradições entre países “ricos” e buscando uma saída programada, ou seja, **um desenvolvimento onde os investimentos privados são combinados com ações do Estado** e cuja política industrial tivesse, no mercado interno, **a base de acumulação para aplicação na pesquisa científica e tecnológica e na modernização da indústria voltada para o mercado internacional.**

A implementação, tanto do Plano Collor I como do II, teve o apoio dos partidos tradicionais e se estruturaram em

cima de “Projeto de Lei de Conversão” do PMDB (ou com o seu apoio) bem como com a solidariedade do PSDB, que votou a favor das suas principais medidas. Sem falar, evidentemente, do PFL e do PDS, cujo fisiologismo no Congresso envergonharia os homens decentes destes partidos, se eles soubessem das “transações” clientelistas que envolvem as definições dos votos de grande parte dos seus representantes.

Enganam-se os que acreditam na inviabilidade da saída neoliberal para a crise. É perfeitamente possível uma sociedade com pólos de desenvolvimento geridos por uma burguesia moderna e integrada, plenamente, na lógica do mercado mundial (cercada por legiões de miseráveis “desclassificados” fora da estrutura básica de classes e do mercado formal de trabalho) com vínculos políticos e culturais com uma forte classe média, que orbite nos serviços, na inteligência e na tecnocracia da esfera “moderna” da economia. Seria uma grande Hong Kong tropicalista.

O verdadeiro “pacto social” procurado pelos partidos liberais e neoliberais busca, na verdade, **uma harmonia de classes na esfera desenvolvida do capitalismo brasileiro.** Isso garantiria, de um lado, níveis mínimos de remuneração para a força de trabalho organizada em torno dos sindicatos mais importantes, em troca de que os seus operários não se contaminassem, ideologicamente, com o desespero dos desempregados, subempregados, semi-proletários, bóias-frias e camponeses sem terra, que formam a massa anônima dos “sem vez e sem voz”. Este, o neoliberalismo quer fazer disputar na “livre concorrência” e na “livre iniciativa”.



A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

CLÁUDIO FRANCISCO ACCURSO*

A modernização do aparelho do estado no Terceiro Mundo está na ordem do dia, tratando-se de um dos problemas de maior importância como também o é em termos de desafio intelectual, técnico e político. Há uma consciência crescente sobre a impossibilidade de continuar com o estado disponível, porque esse já não mais responde ou responde cada vez menos às questões que lhe estão afetas, o que, no fundo, configura um gargalo a sacrificar suas dinâmicas.

Razões históricas reservaram ao Estado tarefas crescentes, cabendo-lhe absorver, além das originais, outras que lhe foram tornando um todo complexo, multifacético e de presença obrigatória, direta ou indiretamente, em todos os atos da vida social. O simples arrecadador de impostos, administrador da justiça e assegurador da ordem e da segurança chega aos dias de hoje com funções que passam pela educação, saúde, previdência, habitação, proteção ao menor ou velho e aos desamparados, infra-estrutura, pesquisa, saneamento, extensão técnica, de-

envolvimento regional, política tecnológica, crédito, preço, câmbio, salário e toda uma normatividade regulando a produção, o consumo, a poupança, o investimento e tudo o mais que diz respeito ao existir e a seu reproduzir. Esse acumular de funções lhe foi exigindo ampliações e formas institucionais variadas em busca de uma melhor adequação às mesmas. Autarquias, fundações, órgãos de economia mista e empresas públicas foram as tantas formas justapostas às unidades administrativas centralizadas que, no início, abrigavam suas funções tradicionais. Tão longe andou sua abrangência que não mais é possível vê-lo num único plano uniforme de atividades, devendo-se pelo menos distinguir três esferas bem marcadas pelo estado fiscal, pelo estado empresarial e pelo estado ordenador.

A abrangência tomou tal vulto e a desqualificação que a acompanhou, tal grau, que geraram um reclamo generalizado por sua diminuição e por sua menor presença. A onda liberal que varre todos os mundos, não só ousa pedir-lhe a extinção, porque não saberia o que pôr no seu lugar, mas expressa bem o sentimento que o Estado chegou aos limites do tolerável. O que parece menos claro é do que exatamente se ver livre, quando se começa pelo dispensável até o indispensável. Tampouco se distingue com clareza se a questão é abrir mão de sua presença ou de exigir-lhe uma presença funcionalmente distinta. O mais comum é ouvir-se que o estado empresarial pode desaparecer, até porque está ocupando o lugar da atividade privada. Nada se ouve sobre as razões de sua existência, quando privadas já foram as atividades hoje em suas mãos. Perdeu-se a memória da mutação, buscando-se agora o retorno a uma situação outrora renegada. Curioso que o único argumento se prende à maior eficiência do setor privado, o que abre espaço à pergunta sobre se essa eficiência é recente ou se foi algo perdido, justificando a estatização ocorrida no passado. Nessa mesma linha de indagações se coloca a questão dos monopólios e oligopólios estatais, quanto à sua conveniência em se tornarem privados, mesmo do

* Economista, professor aposentado da Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS.

ponto de vista desses e sobretudo quando, por serem públicos, estiverem submetidos a uma política de preços mínimos em lugar de preços máximos que lhes facultariam suas posições no mercado. Não tivesse essa política, no Brasil, levado aos sucessivos déficits das empresas públicas, obrigando a repasses orçamentários e aumentando a pressão por expansões monetárias e maior inflação, o clamor por sua eliminação seria tão forte quanto se observa? Se essa mesma política não tivesse endividado externamente as empresas públicas visando mais a dar liquidez externa ao País do que propriamente a ampliar sua capacidade produtiva, aumentando por força desse endividamento sua liquidez, a pecha de ineficientes seria tão corrente quanto se ouve? Quando uma empresa privada, por razões de escala e de mercado, não logra obter uma taxa de remuneração adequada e seu desaparecimento é de todo inconveniente para as cadeias produtivas instaladas, é vista como pernicioso a presença do Estado na manutenção dos fluxos de produção, de renda e de emprego? São tantas as situações existentes entre o dispensável e o indispensável que, mesmo na esfera empresarial, o questionamento do Estado em termos de generalidades ajuda muito pouco. Talvez por isso pouco se avança nesse terreno, até porque preferências teóricas ou doutrinárias só têm passagem histórica quando respondem a necessidades objetivas. Caso contrário, continuam no museu das coisas extemporâneas.

Independentemente dessas considerações ou até por elas, se dispensássemos toda a esfera do estado empresarial, restariam ainda o estado fiscal e o estado ordenador. O estado fiscal nada mais é do que uma complexa máquina produtiva de bens e de serviços que chegam ao mercado sem preço. Esta peculiaridade lhe confere o caráter de “público”, ou seja, de livre acesso ou uso, à margem da capacidade aquisitiva do destinatário. “Público”, portanto, é o que não tem preço e não o que é feito pelo Estado, conceito em que prevalece a natureza econômico-social em lugar da natureza jurídica. Seus custos são mantidos pela arrecadação, ou seja, por cessão de rendas privadas

coercitivamente imposta à cidadania. Dois aspectos sobrelevam dessa qualidade de “pública”: o de haver produção e o das origens dos recursos que a alimentam, o que torna os “produtos públicos” uma alternativa dos “produtos de mercado”, pois comprometem insumos, máquinas, instrumentos e homens que podem estar a serviço de uns ou outros. É tão significativa essa composição do produto social nas sociedades modernas que países como os nórdicos chegam a quase 50% de seu Produto Nacional⁽¹⁾ com “produtos públicos”, o que não significa necessariamente estatais. O Estado moderno assumiu tais compromissos com o bem-estar da população, com a organização e funcionamento das condições materiais de vida, com o futuro de seus cidadãos e com a situação das artes, da ciência e da tecnologia, tudo em nome do interesse maior e comum — por isso os preços não interferem —, que se fez necessário, primeiro, uma fantástica interferência nos recursos gerados pelo País e, segundo, uma alocação dos mesmos de acordo com uma estrutura inteiramente diversa ao predomínio dos interesses privados e imediatos. Note-se que onde mais avança é em países democráticos e onde a democracia tem longa tradição. Não se diga, assim, que o avanço do estado fiscal corre junto com o estado totalitário ou que é arredando ou diminuindo aquele que a democracia se fará maiormente.

Não obstante o papel que o estado fiscal deve cumprir, que no fundo, também revela o tipo de sociedade que se pensa gerar e manter, não se pode abrir mão de sua eficácia e de sua eficiência. O não atingimento de ambas ou a sua degradação constituem traços de uma proposta desacreditada de sociedade, onde o discurso não encontra correspondência nos meios e onde os propósitos se esfumam na inoperância da ação. O clamor contra o estado fiscal que se conhece não pode estar dissociado nem de seus compromissos intransferíveis nem dos direitos que a cidadania tem de seus produtos. A simploriedade com que se demanda sua extinção deixa em branco compromissos e direitos, como se alguma mão cósmica os assegurasse a partir de seu desaparecimento. Essa mão cósmica é ma-



gicamente substituída pelo mercado, ou seja, por um mar de oligopólios, onde dois ou três dominam as atividades mais importantes em nome da livre concorrência. Em lugar de mecanismos políticos consentidos e de ação transparente prefere-se a ação de mecanismos econômicos, impessoais, sob inequívoco poder de poucos. Quando se olha a degradação dos serviços públicos, desde as estradas aos serviços sociais, entende-se de modo bem concreto onde ficaram esses compromissos e esses direitos. Entende-se a inconseqüência das afirmações em contraste com as realizações efetivas, diferença que mais avulta quando se atenta para uma carga tributária que não teve qualquer redução legal. A cessão de rendas privadas em direção aos “bens públicos” não diminui e, como é sensível a diminuição e desqualificação dos mesmos, torna-se patente a hedionda metamorfose ocorrida, onde, no mínimo, se pode falar do seu também degradado uso. Quem passou a ser os seus beneficiários? Parece óbvio que a questão não se resume a recursos, mas abrange o emprego político que deles se faz. Esta é a questão central, devendo todas as demais ser ordenadas a partir do “para quem” se destinam os recursos. A confusão nesse ordenamento, na hierarquia das questões, só tem contribuído para a manutenção do “status quo” e da profusão de iniciativas, todas desprovidas de alvo correto e de competência na identificação do problema. Todas as idéias corretas sobre a eficiência do estado fiscal que se resumem a poda ou fusões de órgãos, quando não ao puro e

simples corte linear de gastos, são de uma indigência patológica ou de infinita má fé. Ambas reúnem uma capacidade tão deletéria, tão danosa aos interesses coletivos, que deveriam estar capitulados no código penal e sujeitos a pesadas penas. Infelizmente, ainda correm soltas!

Finalmente, cabe uma palavra sobre o estado ordenador, o estado que, detendo os instrumentos legais, administrativos e de natureza econômica, regula a coexistência dos cidadãos e a gestão da sociedade em todos os seus aspectos, bem como as relações dessa sociedade com as demais esferas do Estado se ocupa da gestão econômica, com vistas a assegurar o processo de acumulação de capital, toma a designação de estado regulador, sendo por isso a mais sentida e a que mais presença marca no cotidiano de cada um. É esse estado regulador que se ocupa do crédito, dos impostos e taxas, dos juros, do câmbio, dos salários, das exportações e importações, dos preços, das poupanças, dos investimentos e de tudo o mais que integra as decisões relacionadas com o “que”, o “quando”, o “onde” e o “para que” produzir. Como não se pode imaginar uma sociedade moderna sem que todos esses elementos sejam concorrentes, não se pode também prescindir de um poder que os manipule com vistas a objetivos determinados e segundo critérios entendidos mais convenientes. Qual a grande questão do estado ordenador ou do estado regulador, que termina por sufocar a cidadania num mundo de regulamentos e de exigências verdadeiramente neurotizantes? Tudo pode ser resumido na absoluta falta de objetivos estáveis e de critérios razoáveis, ou seja, de algo tão indispensável para o pensar e o propor a vida como o próprio oxigênio. Quando sequer algo tão primário, tão elementar, como objetivos e critérios é encontrado nas práticas do Estado que tudo regula, passa-se a duvidar de qualquer possibilidade de concretizar alguma coisa séria, perene e fecunda em benefício de uma sociedade melhor. Não surpreende a idéia de que toda a minimização estatal é salutar, porque no mínimo limita o que não pode haver de pior. No entanto, será tão difícil estabelecer para uma sociedade

objetivos claros, permanentes, comprometidos com um projeto nacional, onde todos se sintam representados e igualmente comprometidos com seu atingimento? Será impensável transformar as absurdas carências nacionais em metas de curto, médio e longo prazos, colocar todos os instrumentos em sua objetivação e fazer do acontecer de cada um ações para alcançar propósitos individuais e coletivos, dentro de um todo coerente e consistente? Faltariam saber, experiência e meios técnicos para uma eficaz alocação, onde todo cidadão soubesse com que frutos contar de seu trabalho e com que esperanças retomar todos os dias seu labor, e para que também os que tomam decisões pudessem ter segurança quanto a seus propósitos e expectativas? Tudo isso é possível, desde que se queira revelar que sociedade se está perseguindo e quem são seus beneficiários. Quando o projeto social é de exclusão, de degradação e de ignomínia, obviamente que não há objetivos a revelar e por isso mesmo os critérios parecem insensatos. O que vale são os objetivos ocultos e os critérios que lhes são próprios, porque é com eles que se modela o “indesejável”. Toda a política econômica de curtíssimo prazo, calcada em conjunturas, apenas jogo indecifrável em cima de índices e coeficientes, não passa de um grande embuste, de uma prestidigitação fantasiosa, onde não cabem nem os grandes problemas de construção de um país nem as questões sociais que só a tempo largo podem ser equacionadas. E, porque não cabem, não há porque discutí-las, ficando à margem dos objetivos e dos instrumentos, embora não dos discursos. Política assim não pode ser imposta a todos, pois do contrário não existiria, fato que permite a conclusão sobre seu elitismo e privilegiamento à margem de qualquer controle social.

Esta esfera do Estado não é menos perturbadora, mesmo que sua característica essencial seja a de uma atuação indireta, por intermédio de instrumentos. É essencialmente por sua abrangência universal que o estado ordenador alcança todos e tudo, transmitindo seu pulsar descontínuo e aleatório aos agentes e suas instituições. Nada pode ter um mínimo de estabilidade quando a matriz de estímulos e de contenções é operada ao

sabor das improvisações, parcialidades e atemporalidade que convêm aos seus eventuais aproveitadores. Nem por isso se pode prescindir do estado ordenador, simplesmente porque suas funções nem podem ser entregues à discrição privada nem ao mercado, como está tanto ao gosto.

Por todo o exposto e ao final, resta a constatação irrecusável de que, como está, não pode continuar, e a de que nenhum equacionamento pode se resumir a podas, fusões ou cortes de gastos. Simplicismos assim são de puro cunho ideológico, não inspirando ações conseqüentes e de resultados duráveis. Revelam também a pouca reflexão sobre o tema, sobretudo das instituições científicas e tecnológicas. Está-se na presença de questões complexas onde o Estado nem pode ser visto isolado da sociedade e do papel que cumpre, nem pode ser tomado por alguma função ou por algum segmento de que é constituído. Outrossim, a disfuncionalidade do Estado é produto de múltiplas relações externas e internas que guardam entre si vínculos indissociáveis, terminando por formar uma consistente organicidade. A idéia de modernização do Estado passa necessariamente por quatro planos distintos com ações próprias de cada um. Sem que se ganhe a batalha em cada um deles, o processo não estará concluído, pois qualquer insucesso localizado não só impedirá tanto o êxito do projeto como determinará a regressão onde os avanços já tiverem sido logrados. Mesmo contando com a mediação temporal no encaminhamento dos problemas, o que significa dizer que os momentos podem não coincidir para todas as iniciativas necessárias, ao cabo de um determinado transcurso é imprescindível sua conclusão, face às interdependências que os diversos planos mantêm entre si.

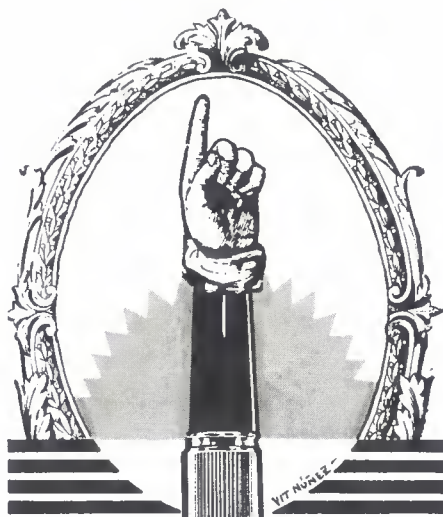
O primeiro plano de ação diz respeito à abrangência do Estado, menos pelo seu tamanho de que pela incontornável imperiosidade de definir seu financiamento. Sem essa definição não há como assegurar estabilidade à oferta de bens e serviços públicos e manter padrões técnicos e socialmente desejados. A ambigüidade do porte estatal dá lugar ao seu in-

gurgitamento, à queda de qualidade, aos déficits. A ambigüidade também impede de definir a carga tributária, criando à cidadania um ônus nem sempre admitido ou um custo social insuportável como no caso da inflação. A partir do limite estabelecido é que se vai fixar prioridades no uso dos recursos e caracterizar claramente o custo de bens e serviços público.

O segundo plano se refere às formas institucionais pelas quais o “público” será ofertado. Entra em cena aqui a questão de conveniências operacionais, mas de modo especial a questão dos custos e da eficiência. A flexibilidade no emprego dessas formas abre vez para que se produza mais bens e serviços públicos com os mesmos recursos, ou que se proporcione maior comodidade aos usuários dos mesmos. Destaca-se nesse particular o conceito de “público” que não coincide com o de estatal. A preferência por formas privadas ou estatais deve levar em consideração apenas o interesse público, ou seja, custo, qualidade e agilidade. Nos países avançados, grande parte dos serviços e bens públicos chega às mãos dos contribuintes por intermédio de redes privadas, sem que ninguém pense em estatizá-los para torná-los de livre acesso. Não há porque não especular com outras formas institucionais entre o privado e o estatal, de modo que se obtenha a eficácia e a eficiência almejadas e possíveis. O que parece cada vez mais claro é a rejeição do estatal como forma exclusiva de homologar o “público”.

O terceiro plano se relaciona à introdução de técnicas de produção mais eficientes, elevando substancialmente a produtividade do homem empregado no setor. São ganhos apreciáveis de produtividade que vão permitir reduzir custos, elevar padrões de atendimento e remunerar os agentes produtivos. É inimaginável uma modernização na área pública sem que sejam profundamente alteradas suas práticas de produzir bens e de prestar serviços, liberando recursos financeiros e recursos reais para uma oferta maior e mais diversificada.

Finalmente aparece o plano das relações de trabalho, onde se equaciona a substituição da estabilidade, carreiras e



homogeneização de ganhos pela flexibilidade no uso do recurso humano e por sua diferenciação categórica em razão de sua eficiência. As relações de hoje levaram à mais absoluta esterilidade, porque igualaram os desiguais, retribuindo igualmente o criativo e dedicado e o rotineiro e desinteressado, consagrando um sistema de estímulo onde ganha mais quem menos faz. As hierarquias não podem ser estabelecidas por tempo ou por títulos, mas apenas por eficiência, em que as diferenças de remunerações reflitam as diferenças de produtividade e não os escandalosos privilégios existentes. Dentro do atual sistema não há como introduzir diferenciações estimulantes e justas, por isso mesmo é improvável qualquer mudança de atitude frente ao objeto de trabalho. Aliás, um dos traços mais marcantes das atuais relações é de abrigar um distanciamento cada vez maior entre os agentes produtivos e o que deveria ser os produtos de seu trabalho. Como reverter esse quadro com todos os institutos jurídicos que lhe garantem a intocabilidade e com todas as restrições financeiras que impedem e desaconselham sua irrigação?

A modernização do Estado implica alterações em todos esses planos e exige apoio e correspondência de cada um em relação aos demais. Ela se aplica essencialmente à esfera do estado fiscal, embora as demais não fiquem inteiramente fora da mesma, sobretudo no que diz

respeito aos três últimos planos da União. Seria desnecessário chamar atenção, mesmo porque está consagrado na Constituição Federal, sobre o instrumento de planejamento como balizador de todas as ações, sejam elas de curto, médio ou longo prazo. Por último, há que se analisar a questão do poder, para levar avante a modernização. Se são os interesses das grandes maiorias os principais beneficiados com a modernização do Estado, é de se presumir que, numa autêntica democracia, não faltará poder para concretizá-la, desde, é claro, que no jogo da representação não predomine a permanente trapaça pela qual os eleitos se “independizam” dos eleitores em nome dos “interesses da pátria”. Com esse tipo de estelionato não há democracia que subsista, porque o poder, não ganhando forma institucional, não logra força efetiva para cinzelar as mudanças aspiradas, em que pese o exercício do voto.

(1) Soma de todos os bens e serviços produzidos.

OS ADVERSINHOS (III)

E...

E... eu sou mesmo um inconstante
E... agora não adianta nada
E... até que ela era interessante
E... mais uma cadeira abandonada!

E... no outro dia
E... não tinha lido o texto
E... outra prova que eu não ia
E... sempre tinha um pretexto.

E... não adianta inventar desculpa
E... eu não fui no seminário
E... preferi me divertir
E... esta é a hora do "mea culpa"
E... agora vou ter que repetir

Ih... eu custou caro
E... não existe ensino básico
E... crianças sem amparo
E... o quadro é trágico

No país do ensino mixo
perco cadeiras por capricho
No boletim, registrado:

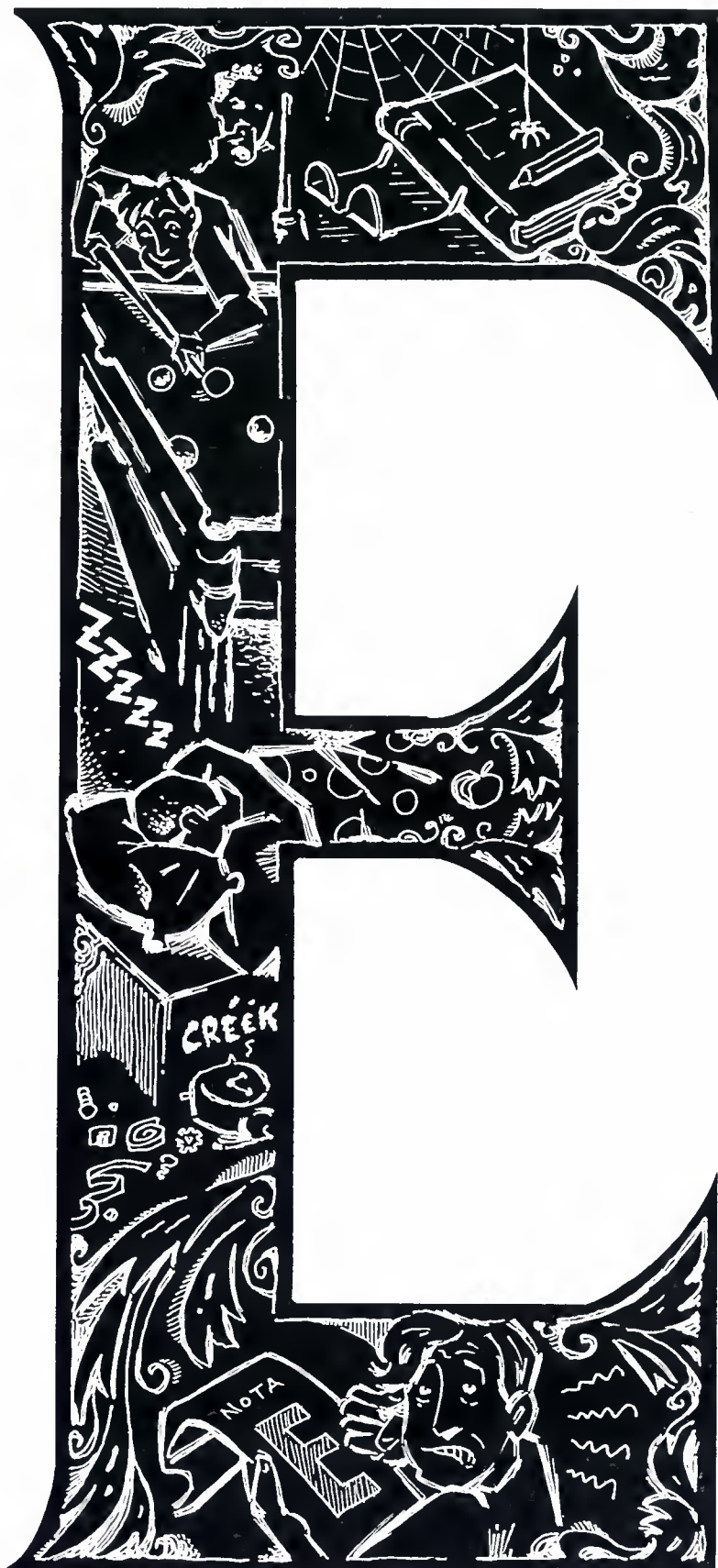
ARGH 213 ... E!
UGH 108 ... E!
ECA 201 ... E!
IRG 405 ... E!

Eu merecia ser jubilado.

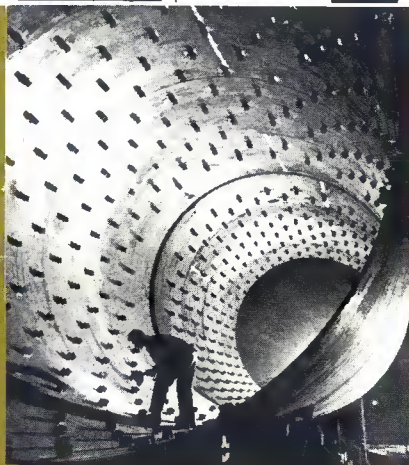
Mas escuto o ECO 515 do povo faminto
Clamando pelo CIEP n.º 495

Não acusem a Universidade
Eu é que sou um relapso
Evadindo tantos recursos
Num quadro de ensino sinistro
Deixa a Universidade ser pública
E... me privatiza, ministro!

(por MAURO DORFMAN, VERDE e... VÍTOR KNIJNIK)



AD | versO



 Adufrgs